

3 Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e oito realizou-se a Centésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
4 Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às
5 quatorze horas e vinte minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Francisco da Rocha Simões Pires**, Secretário
6 de Estado do Meio Ambiente; **Sr. Mauro Kruter Kotnor**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Paulo Fernando Galvão**
7 **Braccini**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. João Carlos Félix**, Representante do Secretário da
8 Infra-Estrutura e Logística; **Sr. Marcelo Zaslavski**, Representante da Secretária da Cultura; **Sr. Aloísio Siragelo Braun**,
9 Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Doadi Antônio Brena**, Representante do Secretário do
10 Desenvolvimento dos Assuntos Internacionais; **Sr. Carlos Alexandre V. Ávila**, Representante do Secretário das Obras
11 Públicas e Saneamento; **Sr. Josué Vieira da Costa**, Representante do Secretário da Coordenação e Planejamento; **Sr. Ladimir**
12 **da Silva**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Paulo Brack**, Representante Suplente do INGA; **Sr. Flávio**
13 **Lewgov**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, Representantes Titular da Mira-Serra; **Sr. Leonel Freitas**
14 **Menezes**, Representante Suplente dos Amigos da Floresta; **Sra. Lúcia Schild Ortiz**, Representante Titular dos Amigos da
15 Terra; **Sra. Maria Teresa Raya Rodriguez**, Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sr. Adilson Carlos**
16 **Metz**, Representante Titular da FETAG; **Sr. Sidnei Bruschi**, Representante Suplente da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira**
17 **Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Marcelo Madeira**, Representante Suplente do IBAMA; **Sr. Arthur Germano**
18 **Fett Neto**, Representante Suplente do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Maurício Colombo**,
19 Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Marcelo Maisonete Duarte**, Representante Titular da FZB –
20 Corpo Técnico; **Sra. Maria Eliza dos Santos Rosa**, Representante Suplente da FEPAM. Participaram também da reunião,
21 como convidados: Virgínia de Carvalho Fett – OAB/RS; Luiz Alberto Mendonça – SEMA; Antônio Carlos Breno –
22 Assembléia Legislativa Dep. Alceu Moreira. **Pauta: 1. Discussão da Ata da 105ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2.**
23 **Comunicações; 3. Discussões; 3.1. Hidrelétrica de Pai Querê; 3.2. Resultados de Projeto de Conservação da Mata**
24 **Atlântica; 4. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Francisco da Rocha Simões Pires – SEMA, e
25 secretariados pelo Sr. Tiago Castagnetti – Secretaria Executiva da SEMA. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):**
26 Boa-tarde a todos. Informamos que há *quorum*. Seguindo a nossa ordem, todos devem ter recebido cópia da ata da sessão
27 anterior. Algum dos senhores teria alguma observação para fazer em plenário, ou já fez alguma retificação. A Ata da 105ª
28 Reunião Ordinária. **1. Discussão da Ata da 105ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Sra. Lisiane Becker:** Eu gostaria de
29 lembrar que ficou definido em reunião Plenária que teria à disposição uma cópia. **Sr. Presidente:** É uma falha, porque já havia
30 sido deliberado pelo Plenário disponibilizar uma cópia. Obrigado, Conselheira. Vai ser disponibilizada cópia imediatamente.
31 Independente, quem tiver contribuições podem fazer a contribuição por via eletrônica. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Uma
32 observação, que a partir, se eu não me engano, da linha 635, p. 12, existe um encaminhamento para a Câmara Técnica de
33 Qualidade do Ar. Pelo texto não ficou muito claro, talvez o Presidente possa esclarecer o que exatamente seria encaminhado
34 para a Câmara Técnica, porque ao longo das atas, tanto a da 103ª, 104ª e 105ª, uma série de propostas foram colocadas para
35 encaminhamento à Câmara Técnica de Qualidade do Ar. Na redação está: *A questão será encaminhada para a Câmara*
36 *Técnica*; mas não está clara qual sei a questão. **Sr. Presidente:** Eu vou fazer a leitura para os senhores, como foi o Secretário
37 Carlos Otaviano quem presidiu a sessão, não fui eu, não tenho lembrança. Eu fazendo a leitura penso que o Plenário, os
38 membros que estavam presentes, pode contribuir e até esclarecer para a corrigenda. Então, a partir da linha 634, diz assim:
39 *Dentro da estrutura que nós temos no CONSEMA e diante do assunto que foi trazido, a minha sugestão é a seguinte: nós*
40 *encaminhamos, com base nos textos das duas atas em que o assunto foi tratado, à Câmara Técnica Permanente que trata da*
41 *poluição atmosférica e veicular, a fim de que naquela instância se dê começo a um estudo mais detalhado, inclusive, sob ponto*
42 *de vista técnico, agregando-se o aspectos bem salientados que envolve a saúde, com a participação da própria Secretária da*
43 *Saúde. Na seqüência nós poderíamos trazer ao Plenário para conhecimento, já com um maior detalhamento dessa matéria.*
44 *Posso considerar aprovado? (Aprovado). Muito obrigado.* Eu lembro que o Conselheiro Germano, em uma oportunidade, no
45 ano passado, trouxe essa discussão, depois houve a apresentação pela equipe da qualidade do ar, foi renovada essa preocupação
46 no ano passado pelas condições de poluição atmosférica, fonte móvel ou fonte fixa. Então, na condição de Presidente, eu
47 imagino que os senhores tenham apreciado naquela oportunidade com base no trabalho apresentado, nas críticas formuladas ao
48 trabalho da equipe técnica da FEPAM, presumo, somando-se as duas atas anteriores, onde foi externada a preocupação da nossa
49 condição da qualidade do ar, reunir esses elementos e encaminhar para que faça uma avaliação daquilo que foi proposto e
50 debatido. Seria esse o encaminhamento? Os senhores concordam ou gostariam de acrescentar alguma coisa? Confesso, eu não
51 presidi, teria lembrança se tivesse presidido a última sessão. Algum dos Conselheiros gostaria de complementar essa idéia que a
52 Presidência está encaminhando? Até como forma de esclarecimento, para nós aclararmos esta ata, fazendo essa
53 complementação. Então, reúnem-se as duas atas, reúnem-se a essas duas atas os estudos acrescentados e de ofício se determina
54 a remessa para a Câmara Técnica. O que os Senhores Conselheiros acham? Podemos fazer essa retificação na ata? Então, que
55 conste em ata que o Plenário havia decidido, aprovado o encaminhamento da cópia das duas atas das sessões que trataram das
56 condições de poluição atmosférica, da região da Grande Porto Alegre e Porto Alegre, mais os trabalhos técnicos apresentados
57 pela equipe da FEPAM, da qualidade do ar. Pode ser essa a retificação? Quem estiver a favor dessa forma de retificação, por
58 favor, manifeste-se: dezoito. Algum voto de manifestação contrária? Alguma abstenção? Então, vamos fazer esse acréscimo,
59 que foi submetida à apreciação do Plenário como esclarecimento da ata da sessão anterior. Está sendo disponibilizada, então,
60 foi uma falha nossa, do Conselho, de não ter disponibilizado a cópia da ata. Conselheiro do IBAMA, Marcelo. **Sr. Marcelo**
61 **Madeira:** Boa-tarde a todos. Só uma pequena correção na p. 2, linha 61, gostaria de solicitar a supressão da palavra *rio*, quando
62 fala do decreto do dourado e surubim. A supressão de *rio*. **Sr. Presidente:** Mais alguma retificação na ata? A leitura da ata nós
63 podemos dispensar, Conselheiros? Podemos tomar como voto unânime ou algum voto contrário? Quem é a favor da dispensa
64 da leitura da ata? Algum voto contrário? Alguma abstenção? **Dispensada a leitura da ata.** Vamos para a leitura das
65 Comunicações. Por favor, Tiago. **2. Comunicações. Sr. Tiago Castagnetti:** Em Comunicações, Senhores Conselheiros,
66 justificaram ausência a Professora Elisabete Maria Zanin, por estar em compromisso profissional na cidade de Mato
67 Castelhana. Também justificativas, o Titular da Sociedade de Engenharia, por motivo de viagem também, do mesmo modo o
68 Suplente, devido a forte gripe. O Titular e Suplente da FAMURS também justificaram, por motivos profissionais. Indicaram
69 representantes: Secretária da Saúde indica Mário Kruter Kotnor, como representante nesta 106ª Reunião. E a Secretária de
70 Obras Públicas indica o Carlos Alexandre Valente Ávila como representante nesta reunião. A Secretária de Agricultura,

71 Pecuária e Agronegócio diz o seguinte: *Sr. Presidente, em virtude dos nossos Conselheiros haverem assumido compromisso*
72 *anteriormente, indica-se para representar esta pasta, na reunião do dia 18 de abril de 2008, o servidor Paulo Fernando*
73 *Galvão Braccini.* Ainda nas indicações: Secretária de Infra-Estrutura e Logística diz o seguinte: *Sr. Presidente, impedido de*
74 *comparecer na 106ª Reunião Extraordinária do CONSEMA apresento o Sr. João Carlos Félix.* Acredito que houve um erro, é
75 106ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Então, seriam essas as comunicações, Sr. Presidente. **Sr. Presidente:** Podemos aprovar
76 a ata anterior, da 105ª Reunião Ordinária com as ressalvas, retificações e correções? Quem aprova a ata da 105ª Reunião, por
77 favor, manifeste-se: vinte. Algum voto contrário? Alguma abstenção? **Aprovada.** Leitura da Ordem do Dia, Tiago. **3.**
78 **Discussões; 3.1. Hidrelétrica de Pai Querê. Sr. Tiago Castagnetti:** Item 3 – Hidrelétrica do Pai Querê. Nós temos, Sr.
79 Presidente e demais Conselheiros, manifestações das Entidades ambientais, onde fazem sugestões de itens de pauta, entre essas
80 sugestões está a hidrelétrica do Pai Querê, e essa demanda foi reiterada pelo Conselheiro Paulo Brack nas últimas duas
81 reuniões. Então, foi deliberado na reunião anterior que se daria 20 minutos para tratar sobre esse assunto. O Conselheiro trouxe
82 contribuições? **Sr. Paulo Brack:** Só para esclarecimento, nós tínhamos solicitado essa demanda, da Hidrelétrica de Pai Querê, a
83 questão das hidrelétricas do Auto Uruguai. Considerando que tem o fato do IBAMA, nós tínhamos conversado na outra reunião
84 da importância do IBAMA fazer parte dessa discussão e trazer também a sua contribuição. Porém, em conversa com o Sr.
85 Fernando Marques, Gerente do IBAMA aqui no Estado, ele argumentou que o IBAMA está tomando os estudos, retomando o
86 licenciamento. Então, eles pediram para um novo momento. De que qualquer maneira eu vou explicar um pouco do nosso
87 ponto de vista, que além de professora da UFRGS, eu também faço parte do INGA, a gente vem discutindo essas questões há
88 muito tempo. Então, vou trazer, mas gostaria que ficasse um outro momento para o IBAMA, não sei se o Marcelo pode depois
89 explicar o encaminhamento dos estudos que estão sendo iniciados, talvez e outro momento pudessem trazer a discussão. **Sr.**
90 **Presidente:** Eu acho que é o Dr. Valter Buchagata, que é do IBAMA, do licenciamento. Talvez, como nós dirigimos ofício as
91 Dr. Fernando Marques, o Superintendente respondeu que deveria ser reportado à Brasília, que seria o Chefe do Licenciamento
92 do IBAMA, em Brasília. Então, talvez, ao final, se o Plenário decidir, um ofício ao Dr. Valter Buchagata. É uma sugestão. **Sr.**
93 **Paulo Black:** Aqui nós temos uma imagem, aquelas manchas escuras correspondem a floreta do Alto Uruguai, aquelas
94 manchas escuras são os maiores remanescentes de floretas que existem na região. Aqui nós temos o Parque Estadual do Turvo,
95 temos a Reserva de Guarita, uma reserva indígena. Aqui nós tínhamos o Parque Estadual de Nonoai, que agora passou para área
96 indígena. E aqui nós temos essa mancha escura, que justamente nessa área hora que estão sendo, digamos, as Hidrelétricas de
97 Pai Querê. Aqui nós temos o mapa das áreas da biosfera da Mata Atlântica, depois a Sra. Vera Pitone pode falar um pouco
98 sobre a questão da área. Essa é uma área núcleo, que aqui estaria a área de 80Km em que o rio percorre, que é a principal
99 nascente do rio Uruguai, ficaria como comprometida pela área da Hidrelétrica de Pai Querê. Então, aqui a localização, tipo de
100 informação, o local do barramento previsto, onde se denota que a vegetação mais florestal está praticamente restrita, as florestas
101 de maior extensão estão restritas a ponto do rio Pelotas. Essa é uma área de influência indireta e direta, na verdade, não vai ser
102 alagada toda essa parte, mas em termos de extensão sim. Então, é uma área em que os cursos d'água, não só do rio Pelotas, vão
103 ser os tributários. Infelizmente, a região dos Campos de Cima da Serra, a altitude é entre 650 e 800m. Fora do vale do rio nós
104 temos uma paisagem em que as monoculturas, tanto de soja como também de milho, elas praticamente estão transformando a
105 paisagem da região de uma forma muito rápida. Os Campos de Cima da Serra e as áreas de araucárias estão cada vez mais
106 confinadas. Então, é uma paisagem que nos deixa muito preocupados, porque é uma região de endemias, a silvicultura, os
107 plantios também. Então, a biodiversidade está cada vez em processo rápido de desaparecimento dos Campos de Cima da Serra,
108 que são consideradas também áreas tributárias de conservação, não tem nenhum tipo de ação de conservação, de planos
109 ambientais para essa área. Então, infelizmente, a paisagem que se denota também, eu acho que a paisagem transformada está
110 até nos *outdoors*. A gente está prevendo um pouco do significado da paisagem natural. O avanço do pinus é enorme na região,
111 também enormes plantios de maçã, com um alto índice de agrotóxicos, queimadas também. Aqui é um pouco do vale, que o rio
112 dos Touros é um dos principais tributárias do rio Pelotas, é um rio muito bonito, uma paisagem que ainda é bem interessante,
113 são 150m previstos para essa hidrelétrica. Essa hidrelétrica foi concebida na década de 70, em 79 praticamente a maior parte
114 das hidrelétricas do rio Uruguai foram passadas por um estudo do Ministério de Minas e Energia. Praticamente hoje as
115 hidrelétricas correspondem a projetos de 30 anos atrás. Então, parte dessa área seria comprometida, tanto os campos nativos
116 como também a mata e as suas corredeiras. Aqui nós temos uma situação assim, ou seja, lá em cima já temos descaracterizada a
117 vegetação, e aqui temos justamente essa vegetação de maior porte, confinada à bacia do rio Pelotas. Tem uma questão
118 importante, as ilhotas são grupos, organismos que estão dependentes de águas de corredeiras. Então, tem plantas endêmicas
119 aqui que não foram estudadas e que podem desaparecer nesse empreendimento. Aqui é o perfil da vegetação. A maior parte, 80%
120 das árvores não estão presentes nos viveiros. Então, não está sendo contemplado em nenhum viveiro, na maior parte do Brasil,
121 infelizmente, isso acontece. Se nós simplesmente considerarmos essa área passível desse empreendimento, essa floresta pode
122 desaparecer, como as espécies, como a arara-azul. A araucária passou por um estudo rápido e a estimativa seria de 130 anos de
123 vida, umas das 181 mil araucárias ficariam embaixo d'água, poderiam ser suprimidas. Esse é um dado importante, nós temos
124 uma estimativa de estudos locais. As orquídeas, nós temos 20 espécies de orquídeas, elas não foram citadas no estudo de
125 impacto ambiental da Empresa Engevix. Eu tenho esse material se alguém tiver interesse, tanto o estudo de impacto ambiental
126 como também o relatório de impacto local, que não cita nenhum tipo de orquídea. Em três dias de campo encontramos 20
127 espécies, a maior parte delas são raríssimas e algumas ameaçadas, algumas ornamentais, inclusive. As corredeiras, são 150m de
128 desnível. Então, existem mais de duas dezenas de peixes, que com esse barramento essas espécies estariam com mais de 90%
129 de probabilidade de desaparecerem, porque elas dependem dessas produções estritas e são espécies endêmicas e de microalga
130 de corredeira. Aqui nós temos a questão das ilhotas, que são plantas que nós estamos estudando. Aqui nós temos uma dica em
131 destaque, que existia em Barra Grande e desapareceu, ela não foi encontrada ainda em Pai Querê, mas talvez exista. Essa é uma
132 espécie nova que existia em Barra Grande. Então, é um conjunto de plantas adaptadas a condições estritas de microalgas de
133 corredeiras. Existe também, em relação à Barra Grande, a possibilidade de fazer uma compensação nessa área de Pai Querê,
134 que é mais similar àquela que desapareceu. Então, nós estamos pleiteando para que a área de Barra Grande, 5.700 hectares, que
135 a Empresa Baesa, inclusive, já depositou mais de 20 milhões de reais para comprar uma área similar aquela que desapareceu,
136 nós estamos pleiteando que seja justamente nessa área mais próxima. Isso aqui, em Marcelino, infelizmente, desapareceu pela
137 Hidrelétrica de Itá. Aqui são fotos do estudo de impacto ambiental da Engevix, que diziam que a região de Barra Grande era
138 destituída de floresta de araucária, depois se viu. Esta é a área de Barra Grande, uma área belíssima, nós tivemos a oportunidade
139 de ver, isso é mata contínua, a água cristalina, sem garrafa pet, nada. Isso tudo ficou abaixo de 90m de água, 6.5 hectares de

140 floresta, de floresta primária. E a Empresa Baesa já tem o dinheiro, depositou, estamos querendo que o Governo defina a
141 compra de uma área similar, e essa área seria justamente o Pai Querê. Esse é um quadro trágico, infelizmente, que tenho que
142 dizer essa palavra, é uma palavra forte, desde a corda 36m até a corda de 440m, nós temos nove hidrelétricas contínuas, nós
143 vamos deixar 1Km de curso d'água livre de barramento. Nós não somos contra hidrelétrica, nós queremos reserva legal e que
144 parte desse rio pelo menos seja mantido com o seu curso natural, tendo um pouco da diversidade local. Se todas essas
145 hidrelétricas forem construídas a extinção vai ser em massa, inclusive, temos espécies ameaçadas aqui. Os cursos laterais
146 também estão sendo barrados por PCHs e outras hidrelétricas. O Parque Estadual do Turvo também, nós não sabemos até que
147 ponto não estaria comprometido pela Barragem de Roncador. O Projeto de Roncador ia inundar pelo menos 20% ou 30% dessa
148 área, é uma outra hidrelétrica. Todas essas questões têm que ser discutidas, eu acho que o CONSEMA também tem que discutir
149 essas questões, porque é o que resta em biodiversidade em florestas no Estado. Aqui são as obras do PAC, o Plano de
150 Aceleração do crescimento considera Pai Querê como um empreendimento fundamental, só que geraria 292MW, que equivale
151 ao Parque Eólico de Osório duplicado. Inclusive, agora, nós sabemos também que lá em Rio Grande existem outras usinas
152 eólicas, que, praticamente, tanto a de Osório como a de Rio Grande, as duas em conjunto, equivaleriam ao dobro de Pai Querê.
153 Então, essa hidrelétrica não tem argumentos que consigam dar continuidade. São 3.940 hectares de floresta, segundo a Engevix,
154 6.120 hectares e 5 milhões de árvores. Isso é uma estimativa talvez um pouco superior, mas entre 3 e 5 milhões de árvores. O
155 estudo de impacto ambiental da Engevix só coloca 80 indivíduos, 22 espécies e somente 5 identificadas em nível de espécie. É
156 um trabalho muito pobre, que nós não temos ainda os dados suficientes para saber a quantidade de árvores. É uma matriz de
157 impacto, o estudo de viabilidade, a fragmentação e perda de ecossistemas aquáticos, ela coloca no estudo um impacto pequeno.
158 Como uma empresa vai dizer que a magnitude do impacto é pequena? Como nós vamos dizer que é pequeno? Com que base
159 essas empresas colocam esse argumento como pequeno? Como essa empresa vai colocar um argumento desses? Aí tem
160 problemas também, como a Operação Navalha, que essa empresa, infelizmente, esteve envolvida com isso. Estamos tentando
161 alertar a população sobre essa questão. E temos a avaliação da bacia do Taquari/Antas, que é um trabalho fantástico, que foi
162 feito aqui na SEMA, isso em 2001. Alguns técnicos estão aqui, participaram desse trabalho. Esse é um estudo exemplar para o
163 Brasil. Aqui foi feito um estudo em que 54 hidrelétricas, pelo menos 34 delas foram consideradas viáveis e um terço, 17 não
164 viáveis. Aqui são as barragens inviáveis, essa lógica que eu acho que é do desenvolvimento sustentável, é você identificar
165 aquelas onde vai ter menos impacto e pode ser construída, e aquelas onde a biota tem alta significância, ou em termos sociais
166 não vai ter um impacto muito grande. Então, nós gostaríamos que esse zoneamento, também nos rios, fosse considerado para
167 nós determinarmos aquilo que tem maior viabilidade e o que tem menor viabilidade. Então, esse estudo nós também
168 gostaríamos de discutir em outro momento, como está essa questão, porque isso é uma diretriz fantástica, inédito no Brasil que
169 foi feito, aqui no Rio Grande do Sul, pela SEMA. Então, é mais ou menos isso. Se alguém tiver alguma pergunta eu fico à
170 disposição. **Sr. Presidente:** Obrigado, Conselheiro Paulo Brack. Alguns dos senhores quer fazer alguma observação? A
171 representante da FEPAM, Diretora-Presidenta em exercício, Maria Eliza. **Sra. Maria Eliza dos Santos Rosa:** Só uma
172 informação. A semelhança do estudo de avaliação integral do Taquari/Antas, a FEPAM fez o mesmo para o Pai Querê, mas
173 esse estudo, essa geradora que está prevista ali no Pai Querê, ele está na calha do rio. Então, não está dentro da área de decisão
174 da FEPAM. **Sr. Paulo Brack:** Nós gostaríamos também, já que foi feita uma avaliação ambiental integrada pela empresa de
175 pesquisa energética, eu não falei, ela fez um estudo que foi, digamos, está balizando os empreendimentos no rio Uruguai, mas
176 nós consideramos fundamental a possibilidade de áreas livres de barramento. Nós não queremos que os estudos sejam
177 simplesmente caracterizados como áreas que vão morrer, vão desaparecer. Nós queremos que seja permitida a possibilidade de
178 se avaliar áreas livres de barramento, áreas em que o rio pudesse permanecer sem hidrelétricas. Isso para nós é fundamental,
179 nós gostaríamos que isso fosse contemplado, senão nós vamos caracterizar como a empresa de pesquisa energética fez, que
180 considera todas as obras passíveis de construção. Nós temos ali puma, jaguatirica, é a única região do Estado que ainda tem
181 queixadas, o porco-silvestre, o porco que existia até no Parque Estadual do Turvo e não existe mais. Então, nós estamos criando
182 uma enorme barreira no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O fluxo dessas espécies vai estar altamente comprometido. Nós
183 precisamos monitorar para que essas espécies possam ter programas de conservação. E as unidades de conservação, tem uma
184 delas, que seria a linha Itibiria, como está a questão do Parque Estadual de Itibiria é entre Barra Grande e Pai Querê. Nós
185 gostaríamos que esse parque, até fica como sugestão, tivesse andamento para que fosse implementado com recursos da Baesa,
186 já são 20 milhões que estão depositados em juízo, talvez fosse colocados à disposição do Estado, aí seria uma demanda do
187 Estado. Então, a sugestão é que esse recurso venha para desapropriar essa área. **Sr. Presidente:** A Conselheira Lúcia e depois a
188 palavra, se o concordar, já que não é Conselheiro, o Arquiteto Manoel Marcos, se permitirem que ele preste algum
189 esclarecimento. O Conselho concorda? Pois não, Conselheira. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** De fato, a competência desse
190 licenciamento, por estar na área de divisa de Estados, é do IBAMA, mas o mesmo fato aconteceu com o licenciamento de Barra
191 Grande, licenciamento conduzido pelo IBAMA e, reconhecidamente, fraudulento, ou seja, informações sobre a biodiversidade
192 foram ocultadas. Há até um processo administrativo dentro do IBAMA de como essa licença tinha sido liberada com esses
193 dados errôneos. E nessa ocasião a FEPAM tinha um documento dos técnicos, uma avaliação, um parecer técnico justamente
194 alertando para esse fato, alertando para a importância da biodiversidade dessa área de conservação. Isso não foi contemplado,
195 reconhecido, dentro desse processo todo, que foi fraudulento, escandaloso, da hidrelétrica de Barra Grande. Então, no caso de
196 Pai Querê também cabe ao Estado, também cabe à FEPAM, até mesmo ao CONSEMA chamar atenção para a importância
197 dessa área. Ele é um empreendimento prioritário dentro do Plano de Aceleração do Crescimento, mas a gente está muito mais
198 consciente aqui no Estado, tanto do problema que já aconteceu com Barra Grande, da importância de conservação. Então, nesse
199 sentido, vai a insistência do Paulo, do INGÁ, e das ONGs ambientais em fazer isso, a consideração. E a gente realmente possa
200 chamar atenção, porque é a última área parecida com aquela de Barra Grande que a gente tem aqui no Estado. **Sr. Presidente:**
201 Obrigado. Manoel Marcos para prestar informações. **Sr. Manoel Marcos:** Boa-tarde. Com relação aos níveis de barragem, a
202 metodologia adotada no estudo prevê os níveis de barragem, hoje a FEPAM está, por demanda do IBAMA, participando de um
203 grupo, tendo como referência metodológica os estudos da FEPAM. Então, essas previsões existem, nós estamos participando
204 com o IBAMA nessa discussão, de forma que o IBAMA pode esclarecer melhor, com a participação dos nossos técnicos, no
205 que contempla a fala da última colega. **Sr. Presidente:** Com a palavra a Conselheira Lisiane, da Mira-Serra. **Sra. Lisiane
206 Becker:** Além de concordar, obviamente, com tudo o que o Paulo falou, queria deixar claro, mais uma vez, a importância dos
207 nossos estudos de bacia. O Paulo falou em áreas livres de barramentos. O Comitê Caí, a sociedade reunida, através do Comitê
208 Caí, aprovou essa proposta de enquadramento de uma área totalmente livre de novas barragens, que vai pegar as cabeceiras do

209 rio. Então, novamente, está havendo um empecilho. O enquadramento, na reunião passada eu pedi isso, para ser colocado em
210 discussão, por que certos planos de bacia que já foram definidos pelos comitês ainda não foram implementados. Isso é mais um
211 caso em que faz falta a participação da sociedade, como o Comitê Caí, que já conseguiu, a própria sociedade já viu que precisa
212 de lugares onde não haja a possibilidade de colocar novos barramentos. **Sr. Presidente:** Obrigado, Conselheira. O Conselheiro
213 Marcelo. **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** Na verdade, uma consideração que eu gostaria de fazer, eu recebi um *e-mail* do
214 Instituto Chico Mendes, em relação à criação do refúgio de vida silvestre do rio Pelotas e dos Campos de Cima da Serra. Eu
215 posso estar enganado, mas como ele pega, digamos, do Parque Nacional dos Aparatos da Serra, em direção a Ausentes,
216 nascente do rio Pelotas, nascente do Antas, Parque do Tainhas, do rio Pelotas até Ibitiribiá, e um braço que ainda vai até São
217 Joaquim. Quer dizer, é uma grande área que está sendo criado um refúgio. O refúgio de vida silvestre é a única área de proteção
218 integral que não implica em desapropriação de área, desde que haja por parte dos proprietários que sigam as regras. Inclusive, já
219 está marcada audiência pública, a primeira é em Bom Jesus. Eu acho que isso é uma ação, a gente tem que começar a discutir,
220 porque a criação desse refúgio, creio eu, não tem como criar duas novas barragens, a Pai Querê e a mais acima, que seria o
221 Passo da Cadeia, ficariam dentro da área de refúgio de vida silvestre. Eu acho que tem que se discutir e apoiar, quem puder
222 participar das audiências públicas para a questão desse refúgio. É um trabalho que foi feito há mais de um ano, a idéia inicial
223 era criar um corredor ecológico na região sul, que não existe, tem que ser discutido, não na Mata Atlântica, mas em todo o
224 Estado. Existem corredores ecológicos propostos pelo Ministério do Meio Ambiente em várias regiões do País, mas aqui nós
225 não temos nenhum proposto. Então, essa idéia do refúgio tem que ser discutido e pode ser um impedimento para essas
226 hidrelétricas. **Sr. Presidente:** Obrigado, Marcelo. A Dra. Maria Eliza. Depois, se os Conselheiros concordam, eu prestaria
227 algumas informações sobre os planos de enquadramento e sobre o impacto de Ibitiribiá. **Sra. Maria Eliza dos Santos Rosa:** A
228 respeito da sua fala, eu vou-lhe dizer o porquê, o estudo de impacto ambiental é um instrumento de avaliação quase que
229 cotidiano do órgão ambiental. Enquanto o senhor estava fazendo a sua exposição falou que a consultora tinha informações que
230 não correspondia, usou até a palavra *fraudulenta*. Alguém falou, de qualquer maneira não é isso. Eu quero expressar aqui que
231 muitas vezes existe isso mesmo, que uma informação, que é uma desinformação, porque não corresponde à realidade, que
232 algumas são evidentes, como essa que pode ser constatada visualmente. Outras nem tanto. O que eu quero dizer, então, nós
233 temos que encontrar instrumentos de validação das informações que os consultores encaminham. Eu entendo que quando o
234 empreendedor contrata um consultor está dando um estudo ambiental para complementar as diretrizes gerais do que o órgão
235 ambiental solicita. E ele traz a coisa mais detalhada com um olhar mais detido. Então, senão pudermos confiar nos consultores
236 estaremos sem ter o que fazer. Então, eu acho que nós temos que pensar na validade desse instrumento, porque se gasta milhões
237 e será que depois não serve para nada? Será que nós não temos que nos preocupar com isso? **Sr. Presidente:** Obrigado. Mais
238 alguém quer debater sobre o tema? Por favor, Conselheiro Josué, depois o Conselheiro Marcelo do IBAMA. **Sr. Josué Vieira**
239 **da Costa:** Boa-tarde a todos. Eu sou apaixonado por esses temas e não quero crer que enganos, ou supressões, ou até fraudes,
240 sejam tratadas dessa maneira tão meiga. Se alguém cometeu esse tipo de deslize e a gente não pode aceitar o tipo de trabalho,
241 acho que se deve trabalhar sob as penas de ARTs. Chegou o tempo que nós possamos ter trabalhos e dados confiáveis. Eu temo
242 essa questão que nós temos que confiar no trabalho, tem é que ter uma norma técnica de alguém que se responsabilize por
243 aquilo que está ali, e em se comprovando a sua inaplicabilidade, ou alguma divergência, que responda por esse trabalho,
244 documento, enfim. Eu quero crer que seja assim. **Sr. Presidente:** Eu acredito que aquela manifestação sobre a fragilidade da
245 Engevix, isso vai passar pelo filtro do Departamento de Licenciamento do IBAMA, vai passar em consultas que sejam feitas à
246 FEPAM, como é prática do IBAMA fazer consultas. Não levem a mal eu estar chamando a toda hora aquela menina aqui, mas é
247 que veio uma correspondência, se não estou enganado, do Ministério do Meio Ambiente, somando quatro datas de realização de
248 audiência pública: Bom Jesus, São José dos Ausentes e Timbé do Sul; para discutir a criação do corredor ecológico, refúgio da
249 vida silvestre. O Sr. Paulo e depois o Conselheiro Marcelo. **Sr. Paulo Brack:** Depois a gente pode repassar em relação ao
250 refúgio da vida silvestre, já existe uma delimitação, são 273 mil hectares, uma estratégia de conservação bem interessante, que
251 pegaria, inclusive, áreas, o próprio Parque Estadual de Ibitiribi estaria também incluído. Só uma questão, nós recebemos um
252 documento por parte da Governadora do Estado, porque nós encaminhamos, a nossa preocupação, para que fosse aberta uma
253 discussão em relação a isso. E nos veio um documento do ano passado, não tenho o documento aqui, mas que esse
254 empreendimento é do IBAMA, mas considera o ponto de vista estratégico do Estado, no caso a Presidência da FEPAM e o
255 Governo como um todo consideram a obra importante: *Uma obra que somos favoráveis ao empreendimento, abstraindo-se as*
256 *questões técnico-ambientais*. Parece-me coisa muito preocupante que a gente possa abstrair as questões técnico-ambientais e
257 simplesmente dizer que é favor desse empreendimento. Esse foi o documento repassado para o Estado, que diz que o
258 entendimento é a favor desse empreendimento. Então, nós ficamos muito preocupados, porque se existem espécies ameaçadas
259 na região, qual é a salvaguarda que o Estado vai dar, ou pelo menos que diga: *Olha, nós não vamos nos meter nisso aí;* mas
260 como vai ser favorável a uma obra que pode levar à extinção? Então, fica a pergunta no ar. **Sr. Marcelo Madeira:** O que o
261 Professor Paulo Brack colocou é inegável, deixa clara a importância da área, o foco desse empreendimento, principalmente os
262 aspectos da biodiversidade, o que restou de biodiversidade na bacia do Pelotas e nos Campos de Cima da Serra. E essa
263 importância está clara para o próprio Ministério do Meio Ambiente, não só o Ministério em si, mas, também, os seus órgãos
264 conjugados, principalmente o Instituto Chico Mendes, de conservação da biodiversidade, que surgiu a partir da divisão do
265 IBAMA. E eu diria que o próprio IBAMA, em relação à consciência da biodiversidade da área, que foi o motivo pelo qual foi
266 proposta a criação de uma unidade de conservação de proteção integral, que é um refúgio de vida silvestre da bacia do rio
267 Pelotas e dos Campos de Cima da Serra. Eu gostaria de aproveitar e dar a informação, Sr. Presidente, sobre o calendário de
268 reuniões, tenho cópia das audiências públicas: dia 28-04 em Bom Jesus, dia 29-04 em São José dos Ausentes, são duas
269 audiências no Rio Grande do Sul; depois temos duas audiências em Santa Catarina: dia 30-04 em Lages e dia 02-05 em Timbé
270 do Sul. Então, essa proposta, partindo do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes, portanto, do Governo
271 Federal, mostra a importância que a obra tem, que é a mesma área do empreendimento proposto. **Sr. Presidente:** Só prestando
272 um esclarecimento, na condição de quem presidiu a duas sessões do Conselho de Recursos Hídricos, na sessão retrasada que
273 foram apresentados quatro planos de enquadramento, entre eles o Caí, Taquari/Antas e não sei qual é o outro, Gravataí, Lago
274 Guaíba e Tramandaí. Como o Conselho dos Recursos Hídricos também se organizou nas Câmaras Técnicas, a decisão de
275 Plenário foi que houvesse a remessa para as Câmaras Técnicas. Em razão disso, também houve manifestações da comunidade,
276 de vários segmentos das comunidades, pedindo pressa, que o Conselho apreciasse as propostas de enquadramento. Na sessão do
277 dia 16, que eu tive a honra de presidir, veio à tona essa discussão e foi feita também alguma cobrança ao Conselho, mas nós

278 fomos obrigados a cientificar que estava nas Câmaras Técnicas. As Câmaras Técnicas ainda não restituíram a análise. Um dos
279 Conselheiros já fez uma observação, que havia alguma pequena divergência, que pediriam complementação não sei para qual
280 comitê. Então, estão tramitando nas Câmaras Técnicas do CRH. Com relação à Ibitirí, Dr. Paulo, nós estamos elaborando um
281 plano estadual de regularização de toda a unidade de conservação. E da mesma maneira, que através de uma aproximação com
282 a Fundação Zoobotânica, nós estamos estudando que a Zoobotânica consiga fazer quatro ou cinco planos de manejo até o fim
283 da Administração, em 2010. Nós teríamos quase 50% das unidades com plano de manejo, sem prejuízo de novas medidas
284 compensatórias que estão sendo tabuladas, e com base nas já existentes e os planos de aplicação, e nos novos empreendimentos
285 que chegam ao Estado, de tentar alavancar em um prazo bem menor a feitura de todos os planos de manejo. Inclusive, pode
286 chegar a 15 unidades com plano de manejo. No Parque de Itibirí, por exemplo, tivemos um problema, é que houve uma
287 questão conflitiva de limites, que, em estudos feitos por técnico da Secretária, estamos fazendo a última ação do desenho dele.
288 Os dados anteriores que indicavam os limites do parque, algumas dificuldades houve para estabelecer os seus limites. Surgiram
289 duas versões, o empreendimento estaria dentro da área do parque, ou estaria fora da área do parque. Então, os técnicos
290 estiveram lá, os técnicos da empresa, fizeram um trabalho de campo, até o João Manoel Trindade, do Departamento de
291 Recursos Hídricos, ficou encarregado de trazer esse levantamento para que nós, uma vez, estabelecido se o ponto
292 georeferenciado de partida teria sido equivocado. Então, parece que o desenho que vai dar, nós teremos condições de pontuar. E
293 a própria empresa se dispõe a alavancar 30%, 40% do valor necessário, e uma previsão orçamentária, para a feitura do plano de
294 manejo. Então, são essas as informações que eu presto aos senhores. E na desapropriação e aplicação de recursos, porque tem
295 vários entendimentos ali que não foram mencionados da Baesa, e outros empreendimentos que poderão ser utilizados, outros
296 que venham a se realizados na bacia hidrográfica. Esgotado o tema? Podemos evoluir na nossa pauta? Eu consulto o Plenário,
297 temos sido bastante democráticos, algum dos senhores têm oposição à manifestação? (*não-Conselheiro*). Por favor, aproxime-
298 se. **Sr. Márcio:** Eu trabalho no Museu de Ciências da PUC. Eu venho fazendo trabalhos de campo, exatamente nessa região, a
299 gente vem trabalhando há três anos nessa área, fazemos pesquisas com aves, conhecemos bem a região. Nós temos informação
300 técnica para embasar o que o Paulo falou, realmente, a realidade não condiz com o que os estudos de impacto ambiental
301 mostram, pelo menos do grupo de aves. A gente tem para essa região 35 espécies de aves ameaçadas de extinção na calha do
302 rio, ou seja, na área de influência direta desse empreendimento. Uma coisa que ninguém falou aqui, semana passada tivemos o
303 fórum para discutir essa questão. É importante ressaltar que um dos representantes do IBAMA, que vai reavaliar todo o
304 processo, que é a Moara, ela deu todo um histórico do processo. E eu acho importante registrar que, inicialmente, no processo, a
305 FEPAM e a Fátima deram um parecer contrário ao empreendimento. A coisa foi desenrolando, desenrolando e a Fátima já deu
306 um parecer favorável. Parece que o mesmo pela parte política do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu, que, politicamente, teve
307 um parecer favorável. Essas questões são preocupantes, porque se já existia um parecer contrário, por que depois se retoma com
308 uma opinião totalmente contraditória? É importante deixar registrado. **Sr. Presidente:** Obrigado. O Conselheiro Marcelo e o
309 Engenheiro Antônio Carlos. **Sr. Marcelo Madeira:** Referente à apresentação de alguns comentários, como estudos de fauna e
310 flora, gostaria de solicitar que aquelas instituições que detêm informações, que estão envolvidas em pesquisas, estudos,
311 levantamentos na área do empreendimento, por favor, encaminhem isso para a Diretoria de licenciamento do IBAMA, que é o
312 setor responsável, que está coordenando todo esse processo. **Sr. Antônio Carlos:** Parece-me que a questão técnica relativa à
313 natureza está bem clara. Agora, parece-me também que para a utilização de área de conservação permanente tem que ser a
314 declaratória de utilidade pública e social. Eu acho que esse ponto não foi levantado, quem deu a declaração de utilidade pública
315 e social referente a esse empreendimento. **Sr. Presidente:** Mais alguma observação? Uma sugestão, por favor, porque eu
316 sempre digo que tenho preocupação na condução dos trabalhos, se os senhores concordam fazer um ofício, nós mandamos para
317 o Superintendente e quando restituir a informação que se reportasse ao setor competente, que é através do Dr. Valter Buchagata,
318 do IBAMA Brasília, que é o Coordenador do Licenciamento. Os senhores concordam? Então, pediremos informações para ver
319 em que pé está a retomada dos estudos sobre a Hidrelétrica Pai Querê. Concordam? **Sr. Paulo Brack:** Eu acho que em relação
320 ao que foi colocado, que o IBAMA no momento oportuno traga, então, quando esses dados já estiverem mais consolidados.
321 Fica a minha sugestão de convidar o IBAMA para trazer os dados quando estiver consolidado o estudo em relação ao
322 licenciamento. **Sr. Presidente:** Temos uma sugestão minha, que se quiserem dar como prejudicada em vista da sugestão do
323 Conselheiro, que é mais legítima, porque é Conselheiro. Os senhores preferem aguardar, não fica encerrado, fica em aberta essa
324 questão para se aguardar que o IBAMA tenha dados mais consolidados. O senhor sugere um prazo? **Sr. Paulo Brack:** Fica a
325 cargo do IBAMA, quando tiver condições de trazer esses dados. **Sr. Marcelo Madeira:** Eu acho que é mais ou menos nessa
326 linha, sugerida pelo Paulo Brack. Aí já se dá o histórico desse tema, que interessa muito, o CONSEMA vem acompanhando, é
327 importante e quer acompanhar com detalhes o processo. Eu acho que é uma questão de avaliar com a própria Diretoria de
328 Licenciamento qual momento seria mais oportuno para a discussão. A minha questão hoje seria, talvez que o IBAMA não
329 fugisse muito da linha que apresentou no próprio Fórum da Hidrelétrica do Pai Querê, no sentido de explicar um pouco, como o
330 processo à recém está começando, pegar a questão legal, de competência, como funciona o licenciamento, as etapas. Talvez no
331 momento em que já houver alguns pareceres técnicos, por exemplo, que vão subsidiar a decisão, de conceder ou não a licença,
332 talvez esse fosse o momento mais rico para a gente discutir e aprofundar as discussões técnicas, a partir do momento que o
333 IBAMA já tem alguma coisa e que possa apresentar. **Sr. Presidente:** De modo objetivo a proposição é que saia de pauta esse
334 tema e aguarde a formalização. Quem sabe a gente estabelece 30 dias, a Presidência do Conselho expede um ofício,
335 consultando em que fase está a análise, a informação volta e retorna à pauta do Conselho. Senão ficaria indefinido. Pode ser
336 assim? **Sr. Marcelo Madeira:** Pode. Inclusive, porque o pessoal, esta semana, vai estar realizando vistoria na área. **Sr.**
337 **Presidente:** E depois tem as audiências públicas. Então, o encaminhamento, tanto do Conselheiro Marcelo quanto do
338 Conselheiro Paulo, é que o Conselho encaminhe ofício ao IBAMA, em 30 dias, solicitando que o IBAMA informe em que
339 estado se encontram as análises e estudos com relação a Usina Hidrelétrica de Pai Querê, e que, também, já se preveja uma
340 possibilidade de agendamento para uma sessão seguinte no nosso Conselho, para prestar esclarecimentos mais objetivos. Quem
341 é a favor, Senhores Conselheiros, por favor, levante o cartão: 22 votos. Alguém é contra? Abstencões? (*Aprovado por*
342 *unanimidade*). O Item 5, por favor. **Sr. Tiago Castagnetti:** Dando continuidade as discussões, convidaria a Dra. Vera Pitone
343 para falar um pouco dos resultados do Projeto de Conservação da Mata Atlântica. **Sr. Presidente:** Essa é uma demanda que foi
344 pautada na data de hoje, por provocação das organizações não-governamentais, era a respeito do desenvolvimento de alguns
345 resultados do Projeto de Conservação da Mata Atlântica, bem como, sobre atividades fiscalizatórias nas unidades de
346 conservação, nas unidades envolvidas pelo processo. Então, solicitamos a Dra. Vera que preparasse uma matéria para

347 apresentação. E também solicitamos ao Cel. Ladimir que apresentasse, em seguimento, o que a Polícia Ambiental tem
348 realizado. **3.2. Resultados de Projeto de Conservação da Mata Atlântica. Sra. Vera Pitone:** Boa-tarde, Sr. Presidente,
349 Senhores Conselheiros e demais presentes. O Projeto de Conservação da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul foi negociado na
350 década de 90, foi uma iniciativa das instituições estaduais, as ONGs também fizeram parte do processo, e uma negociação com
351 o Banco KFW e o Ministério do Meio Ambiente. O Projeto da Mata Atlântica tem oito vezes a biodiversidade da Amazônia, é
352 patrimônio nacional pela Constituição Federal, é um dos 22 *hot spot* mundiais de áreas ameaçadas, já sofreu 80% de redução e
353 tem mais 60% da fauna ameaçada de extinção, e a reserva da biosfera. Então, a Mata Atlântica tem uma importância vital, 120
354 milhões de brasileiros vivem em seu domínio. Há também o recurso hídrico, que é importantíssimo nessa área. Na sua área é
355 gerado 70% do produto interno bruto, é imprescindível que se faça o planejamento do seu uso para que tenhamos também o
356 desenvolvimento sustentável. O PCMA é o Projeto de Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, é um dos seis
357 projetos, nós temos em outros Estados: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro.
358 Em São Paulo já terminou, no Paraná também. Minas Gerais já está entrando na segunda fase, Santa Catarina e Rio Grande do
359 Sul conosco, Rio de Janeiro em fase semelhante a nossa. Em 2003 o Governo do Estado e a Secretária do Meio Ambiente
360 decidiram pela implementação do projeto, que havia sido assinado em 2002. Foi instalada a Gerência Executiva, realizada a
361 prova seletiva, o contrato emergencial, encaminhada o contrato e para aprovação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do
362 Sul, realizados os trâmites para a abertura da conta no Banco do Brasil, conforme a legislação do plano especial. Foi recebido o
363 primeiro recurso do projeto, de 750 mil euros no final do ano. A execução efetiva do projeto foi iniciada em 2004, com a vinda
364 da Empresa Gopa, que foi escolhida como consultora do projeto, ela está associada a uma empresa brasileira. Então, o gestor e
365 executor do projeto é a Secretária do Meio Ambiente. O gestor financeiro é o Banco KFW. A vigência do projeto: janeiro de
366 2004 até junho de 2009. Os valores contratuais: Banco KFW 6 milhões de euros, o Governo do Rio Grande do Sul 4 milhões.
367 Valores executados até o momento, até março de 2008: 5.500 milhões de euros, provenientes do Banco KFW, 2 milhões do
368 Governo do Estado. O que se pretende com esse projeto? Melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas,
369 integração e fortalecimento institucional de órgãos institucionais, implementação das políticas do Governo do Estado e
370 consolidação das unidades de conservação. Área do projeto: nordeste do Rio Grande do Sul. Essa área onde tem uma Mata
371 Atlântica mais significativa. E as unidades de conservação estaduais, federais e municipais. Nós temos nas estaduais seis:
372 Parque Estadual de Itapeva, do Tainhas, Reserva Biológica da Serra Geral, Unidade da Mata Paludosa, APA Rota do Sol e a
373 Estação Ecológica de Aratinga. Tem três municipais: Caraá, Riozinho e Osório; e os dois parques nacionais: Aparatos da Serra
374 e Serra Geral. A área total do Rio Grande do Sul, 20 milhões de hectares, a área do projeto é 1 milhão e 300 hectares; e no
375 projeto está contemplado as faixas de satélite, aí dobra a área para 2 milhões e 300 hectares. O total de unidade de conservação
376 nessa área é de 124 mil hectares. Então, de áreas protegidas nós temos muito pouco, não temos nem 10%. Então, o projeto
377 também trabalha na área de entorno. Quais são os executores do projeto? A SEMA, o Departamento de Áreas e Florestas
378 Protegidas, o Departamento de Recursos Hídricos, as prefeituras de Caraá, Riozinho e Osório, a Brigada Militar e a Polícia
379 Ambiental. Os co-executores: a FEPAM e a Fundação Zoobotânica. O objetivo do projeto: contribuir para a proteção dos
380 remanescentes, recuperação de áreas degradadas, com a gestão e manejo sustentável da unidade de conservação, recuperação e
381 controle ambiental das demais áreas de abrangência. Ele trabalha com as unidades de conservação, mas, também, com as áreas
382 de entorno. O que se espera com os resultados? A modernização da estrutura operacional das unidades executoras, uma
383 aquisição de equipamentos, diversos, veículos, equipamentos de informática, escritório, mobiliários. A capacitação do quadro
384 de pessoal: nós tivemos 37 treinamentos, com 1.345 participantes. O que foi feito nas unidades de conservação? Investimento
385 voltado para a infra-estrutura, gestão e plano de manejo. Aqui, com respeito a samambaia-preta o estudo que foi feito, foi
386 apoiado pelo projeto, a SEMA fez uma normativa, foi publicada e o projeto também apoiou a publicação de um manual de
387 licenciamento da samambaia-preta. Como está no momento? O projeto não executa a ação, quem executa é o Departamento de
388 Áreas Protegidas. A Salette disse que está organizando um cadastramento dos produtores de samambaia-preta junto à área onde
389 trabalha, em Osório, Riozinho e Caraá. Isso vai mudar a situação de vida deles naquela região. O projeto trabalha com áreas do
390 entorno, então, envolve também fiscalização. Nesse componente nós temos o plano operacional de controle, que é uma
391 operação conjunta com as outras instituições que fazem parte do projeto. No plano operacional de controle, também temos uma
392 ferramenta que está sendo implementada, que vai dar suporte às ações. O que se pode fazer com esse plano e cooperar com as
393 áreas do entorno? É a questão de tornar as propriedades legais. Nós também temos como obrigação fazer, é escrever ou fazer
394 com que os proprietários façam a sua ação de reserva legal, que é de 20% da propriedade, e que usem de forma adequada a sua
395 propriedade. A área de preservação permanente não pode ser usada para uso econômico. Isso também é nossa obrigação, de
396 fazer, adequadamente, que todo mundo tenha a sua propriedade legalizada. Com isso nós vamos contribuir para a conservação
397 da nossa fauna, flora. O plano de controle, é interessante que se diga para que serve: é um conjunto de ações para facilitar a
398 gestão ambiental. Na realidade, ele maximiza o uso dos recursos humanos e materiais. Na realidade, são todas as instituições
399 obrigadas a fiscalizar, também faz com que os recursos sejam otimizados. Até agora, desde 2005, já fizemos 240 operações
400 conjuntas, mas existem ações que não são planejadas, e isso se soma muito mais. Os executores do plano são o DEFAP, com as
401 suas divisões; a Brigada Militar, com policiamento aéreo, e o Comando Ambiental; as prefeituras e o IBAMA. Nessas reuniões,
402 sempre temos representantes dessas instituições. Essas são importantes porque servem de treinamento também, pa, às vezes, a
403 gente solicita tal soldado que vá. Nessas reuniões o pessoal conversa e é esclarecido também sobre novas legislações, planos de
404 manejo. Então, é muito importante essa participação, nós sabemos que o efetivo é escasso, mas ele aprende. Nós agora temos
405 guarda-parques e essas são reuniões, de treinamento, não são meros encontros e ali eles aprendem a resolver os problemas
406 também. Essas reuniões são mensais, tem sempre data marcada para facilitar que as pessoas se planejem. E também ocorrer
407 uma reunião na serra e uma no litoral, abordam os assuntos de fiscalização e de educação ambiental. No primeiro semestre de
408 2005 são esses tipos de informações que as operações programaram e que conseguem captar. Tem autos de infração,
409 notificações, boletins de ocorrência, termo de apreensão, termo de interdição, detenções, claro, aí com o Comando Ambiental,
410 operações programadas realizadas, depois os outros tipos de relatórios que acontecem, boletins de atendimento, termos
411 circunstanciados. Então, são todos documentos legais que nós temos como cobrar das pessoas a realização ambiental e
412 conservação ambiental. Temos também um sistema de informações geográficas, que é para coletar dado geográficos, para
413 tornar todos os mapas e documentos que nós temos digitalizados. É importante, porque nós temos um banco de dados
414 georeferenciado, por que às vezes não adianta dizer que tem um mapa se não sabemos onde vamos direcionar aquele
415 ecossistema, aí não tem valor nenhum, porque depois não serve como prova de infração nenhuma. O que já se fez com isso? No

416 grupo são 11 componentes, foram definidas responsabilidades, foram elaborados organogramas de tarefas, foram adquiridas
417 imagens. Nós temos dois momentos de imagens: 2003 e agora as imagens de 2007, para fazer uma comparação e ver o que
418 houve de melhoria na Mata Atlântica em termos de ambiente. A gestão do projeto é feita pela coordenação e os órgãos
419 executivos que dão aporte. Nós temos a Divisão de Licenciamento ambiental, o cadastro também faz parte do gerenciamento.
420 Então, até agora tivemos investimento de 300 mil reais. Também tem o projeto de monitoramento do impacto da Mata
421 Atlântica. Foi elaborado pela UFRGS um mapa de uso e ocupação do solo, com base nas imagens de 2003, agora está sendo
422 feito um novo mapa de ocupação de uso com base nas imagens de 2007. No final de 2008 nós vamos ter os resultados.
423 Elaboramos *folders*, um fórum da Mata Atlântica, realizamos 36 amostras fotográficas e temos vídeos do projeto. Temos uma
424 vitória, porque no início do projeto o Banco KFW aceitou um concurso, uma prova seletiva chamada pelo Estado, só que esse
425 processo era um contrato emergencial. Então, era muito vulnerável, as pessoas entravam e saíam. Então, ficamos sem nenhum
426 gerente de unidade. Fomos andando, andando, tivemos um concurso, foi autorizado em 2007, pela Governadora, bem em um
427 momento de crise, mas foi realizado em 2007 e nomeados até março de 2008 06 técnicos ambientais, que são 06 gerentes das
428 unidades, temos 10 guarda-parques e 3 agentes administrativos. Ainda tem um saldo de 9, que são 6 guarda-parques e 3
429 agentes. Por que tem o saldo? Porque são chamados, as pessoas são nomeadas, mas não tomam posse por alguns interesses.
430 Então, tem que fazer nova chamada. Tem estoque também nesse banco de concursados da Secretária, cerca de 200 funcionários,
431 que poderão completar os quadros da Secretária, se assim for de interesse. As unidades de conservação: no Parque Estadual de
432 Itapeva foram investidos 700 mil reais, no tem o estudo fundiário, tem o plano de manejo, já com a portaria publicada pela
433 SEMA, também a construção da sede, que também abriga a agência florestal. Outro investimento também no Parque Estadual
434 do Tainhas, em torno de 800 mil reais, também plano de manejo, estudo fundiário, mobiliário e a construção da sede. Essa é
435 uma sede conjunta com São Francisco de Paula. Esse é o setor ecológico de Aratinga, foi feito o plano de manejo, o estudo
436 fundiário já estava pronto, foi feito pela Geolink em uma medida compensatória. Também foi investido cerca de 400 mil. Essa é
437 a Reserva da mata paludosa, que é uma área pequena, mas muito importante, que também tem investimento de 300, 400 mil, o
438 plano de manejo está sendo feito pelos próprios funcionários da Secretária, com essa equipe nova que tem, já foi feita a portaria
439 pelo Secretário nomeando e em 180 dias deverão aprontar o plano de manejo. Estudo fundiário também tem feito, realizado por
440 uma medida compensatória. Essa é a Reserva da Serra Geral, também foi investido mobiliário, plano de manejo, a sede e estudo
441 fundiário, em torno de 900 mil reais. Está sendo construída a sede em São Francisco de Paula, em conjunto com a sede do
442 Comando Ambiental, a gente sempre junta por unidades. Na verdade, aqui são quatro sedes de unidade de conservação da
443 SEMA que estão lá. As sedes são próximas, as unidades são próximas, aí tem uma maneira de viabilizar a segurança, porque
444 está junto e de otimizar os recursos também, porque fazer uma sede em cada parque fica difícil. A questão também é que a terra
445 das unidades não é da Secretária. Então, um prédio não pode ser construído sem que a gente tenha o título de propriedade.
446 Então, em todas essas unidades que foram construídas as sedes, o terreno é do Estado. As unidades de conservação do IBAMA
447 também foram contempladas, no próprio IBAMA em Porto Alegre também foi investido, através de um convênio assinado com
448 o IBAMA, cerca de 433 mil reais. A APA de Caraá, as unidades de conservação estaduais foram contempladas, também fazem
449 parte do projeto e também tiveram seus planos de manejo contemplados. Caraá e Osório foram os dois municípios que fizeram
450 esse investimento. O plano de manejo é como se fosse o Plano Diretor. Então, é um instrumento que o município usa para
451 gerenciar. Na verdade, faz um decreto de criação da APA, depois, anos e anos depois não tem implementação de nada,
452 principalmente APAs no próprio Brasil, que é uma unidade de conservação nova e sem ter como gerenciar. Agora, com a
453 implementação de Osório se viu muito bem que o município assumiu a APA, que vai ser um local diferenciado e os próprios
454 municípios, que no início achavam que não iam poder fazer nada, na realidade, eles fazem parte, eles escolhem o que vai ser
455 feito. Elas estando em um lugar com qualidade ambiental melhor é muito melhor para as próprias pessoas, valoriza a própria
456 terra. Então, foi bem aceito, a prefeitura também tem condições de conseguir com outras instituições financeiras com o
457 documento legal. O plano de manejo não precisa ter os programas, certificados detalhados, tem que ter orientação fé quais são
458 os programas fundamentais na unidade. A APA municipal de Riozinho, infelizmente, não quis nem plano de manejo, nem nada,
459 só ficou com o treinamento de 56 mil reais. As demais obras de infra-estrutura. Então, nós temos a obra em Osório, do
460 Comando Ambiental, que já está concluída, aguardando inauguração. Nós temos a obra de Torres, que foi concluída,
461 inaugurada e está em uso. A de Taquara também, inaugurada e em uso, a nova, a de São Francisco de Paula em construção. Os
462 Conselhos implantados, também são importantes, faz parte do projeto que estejam implementados. Então, o Parque Estadual de
463 Itapeva, já existia, o da Serra Geral foi implementado, inclusive, está funcionando, ontem tivemos uma reunião muito
464 produtiva, nós temos representada a comunidade local, a CORSAN, para ali tem muitas nascentes, é como se fosse uma caixa
465 d'água, o Banrisul também é importante, porque tem iniciativas para os pequenos produtores e vai poder fazer a inclusão do
466 pessoal na região. Os parques nacionais, os dois já têm Conselho funcionando. Então, eu acho que é isso. Tem escrito no
467 projeto, em termos de valor nós temos 5,5 milhões de euros aplicados, o Governo já tem uma contrapartida de 2 milhões
468 contemplados, mas esses 2 milhões que faltam para a aquisição de terras, as medidas compensatórias já estão contempladas.
469 Então, devemos durante este ano editar essa compra de terras. Existe também uma proposição de segunda fase, que atingiria
470 toda a área da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, que a Sra. Governadora está estudando essa possibilidade de segunda fase,
471 nos mesmos moldes, porque é a continuidade. Então, é uma oportunidade do Estado continuar a realizar ações de proteção. As
472 aplicações dos recursos são feitas nesse sentido, o trabalho é a implementação de unidades e áreas do entorno. Obrigada. **Sr.**
473 **Presidente:** Obrigada. A Dra. Vera continua aqui, os senhores fazem os questionamentos e depois seguimos com a outra
474 apresentação. Pode ser? Então, a Conselheira Lisiane. **Sra. Lisiane Becker:** Inicialmente, queria cumprimentar o trabalho,
475 porque nós temos visto que após a implementação do POC a nossa área até foi mais visitada. E através do POC que, realmente,
476 tem sido efetivada as vistorias em locais de difícil acesso. A minha dúvida seria a previsão para a implementação do Conselho
477 Consultivo do Tainhas, porque eu soube que o plano de manejo já está sendo elaborado e como fica a questão do Conselho
478 Consultivo nesse contexto? A segunda pergunta é se a segunda fase incluiria a criação de novas unidades de conservação, que
479 já se sabe que tem algumas sendo solicitadas ao DEFAP, se nessa segunda fase também estão previstas essas novas unidades de
480 conservação, se seriam aprovadas pelo DEFAP. **Sra. Vera Pitone:** Quanto ao Conselho da Unidade de Conservação, a gente
481 tem trabalhado com uma equipe nova, apesar de que a Ana Tomazone, que é do Parque Estadual do Tainhas já tem experiência.
482 Ela foi do contrato emergencial. Nós temos duas pessoas, a Paola e a Ana Tomazone, que é missão delas concluir o Conselho.
483 Não é pouca tarefa, porque elas agora têm que revisar a versão preliminar do plano de manejo. Também estamos cobrando a
484 aquisição das terras, porque tem que acompanhar junto com o Secretário. Então, são vários assuntos ao mesmo tempo. Os

485 Conselhos são fundamentais, são metas do projeto e deverão ser constituídos, bem estruturados. Com relação à segunda fase, a
486 previsão é estender para toda a área da Mata Atlântica, as unidades novas não se previu a inclusão, porque nós temos várias
487 unidades da Secretária, que ainda não tem uma receita muito grande, que não tem gestor, que não tem plano de manejo, que não
488 tem estudo fundiário. Então, na realidade, para nos mesmos moldes conseguir implementar essas unidades na Mata Atlântica o
489 recurso vai ser pouco, mas não existe nada fechado, as proposições podem ser feitas. A proposta encaminhada à Governadora,
490 ela encaminha para o SEAINTE, Secretária de Assuntos Internacionais, também para a Embaixada, para a Alemanha, e também
491 ao KFW. Depois disso virão missões, o Ministério do Meio ambiente com certeza vai interferir, como da outra vez. Então,
492 haverá possibilidades. Na realidade, o comprometimento maior é com as unidades de conservação estaduais, que foram várias
493 vezes apontadas por este Conselho como deficientes. Então, o objetivo é esse, mas não impede que estudos sejam feitos. **Sr.**
494 **Marcelo Maisonete Duarte:** Eu faria uma complementação ao que a Vera falou, na medida em que eu coordenei o plano de
495 manejo elaborado pela Coordenação da Zoobotânica. A primeira coisa que eu gostaria de colocar é que hoje recebi um *e-mail*
496 referente a uma nova espécie de anfíbio identificado a partir de exemplares coletados durante o levantamento de campo de
497 Serra Geral. Também na região de Aratinga, no banhado Amarelo, uma nova espécie de samambaia foi descrita, também no
498 levantamento de campo. Então, isso demonstra, mesmo que os estudos não tenham sido completos, porque não houve um
499 levantamento completo das áreas, mas isso já dá um indicativo do potencial que elas têm em termos de conservação. Além de
500 se conhecer um pouco melhor as espécies que já estão lá, são conhecidas, espécies novas estão aparecendo e se o esforço for
501 aumentado nessa área, com certeza, ao longo do plano de manejo, se o projeto de pesquisa for levado adiante, novas espécies
502 vão aparecer. Então, não é um estudo detalhado ainda, mas plano de manejo aponta o potencial que essas áreas têm e a
503 importância delas. Uma outra consideração, em relação ao Tainhas, nós entregamos o plano de Aratinga, Itapeva e Serra Geral,
504 o Tainhas foi entregue, mas está em avaliação pelos técnicos do DEFAP, para a Ana Tomazone, que é a chefe da unidade,
505 depois volta para gerar o documento final do Parque Estadual do Tainhas. Uma coisa importante colocar é que nesses planos de
506 manejo nós procuramos colocar no levantamento os dados físicos, biológicos também, a gente apresenta uma proposta de
507 orçamento anual das unidades, uma coisa que não existe na maioria dos planos de manejo que se vê no Brasil. As unidades, vai
508 sair de onde o recurso, ou quanto de recurso? Então, a partir daí se pode ter uma idéia de quanto custaria para o Estado se todos
509 os recursos necessários fossem investidos, também quanto custaria a desapropriação de cada uma dessas áreas por parte do
510 Estado, já que todas elas são áreas particulares e necessitam desapropriação. O plano de manejo é muito claro nisso, porque a
511 primeira questão a ser resolvida nas unidades de conservação é a questão fundiária, porque não adianta o Estado se dizer dono
512 dessas áreas e os moradores passarem dificuldades, ou não são indenizados, ou não têm estímulo para qualquer coisa, aí a
513 situação fica indefinida. Então, a importância desses estudos está também na questão de se procurar, a partir da elaboração dos
514 planos de manejo, partir em busca da regularização fundiária, em busca das compensatórias que o recurso for possível para se
515 colocar em relação a isso. Um questionamento: os planos de manejo já foram entregues, de Aratinga e Serra Geral, mas ainda
516 falta a portaria, de como é legal, para oficializar, isso é importante e qual é a previsão para que saiam essas portarias? A de
517 Itapeva já saiu, Aratinga e Serra Geral tem que sair a portaria. A do Tainhas ainda vai demorar, porque falta uma revisão final.
518 **Sra. Vera Pitone:** Nós fizemos um estudo, na realidade, a execução dessa tarefa é do DEFAP. Eu sei que eles estão
519 trabalhando para fazer o fechamento dos planos. Então, nós sugerimos, como uma atividade, o Dr. Francisco me cobrou isso, da
520 Semana da Mata Atlântica, que estivessem as publicações das portarias da Serra Geral e Aratinga, que já tem versão final. O
521 Tainhas, realmente, ainda vai ter que ter um apreciação mais detalhada. **Sr. Presidente:** Informo que não chegou ao Gabinete
522 do Secretário a versão final desses dos planos. Um deles, até em questionamento na unidade de conservação, eles teriam
523 sugerido, não pequenas alterações, mas fazer algumas sugestões, porque é um compromisso que se assumiu. O Marcelo é
524 testemunha, nós tivemos aquele trabalho, a Dra. Vera também, foi o que nós levamos para Itapeva para discutir com a
525 comunidade de Torres. E conseguimos resgatar aquele trabalho feito pela Fundação Zoobotânica, também conseguimos
526 publicar, sensibilizar a comunidade no sentido de aceitar o parque, porque era objeto de críticas do segmento público, da
527 própria comunidade de Torres. Aí conversamos com a Dra. Vera no sentido de estabelecer um embasamento. Seria maravilhoso
528 na Semana do Meio Ambiente comunicarmos em um ato formal, com a assinatura da portaria no próprio parque, ou em uma
529 das sedes onde tem atuação o Projeto de Conservação da Mata Atlântica, efetivarmos e mostrar o acolhimento. **Sra. Vera**
530 **Pitone:** Estamos estudando as modificações. **Sr. Presidente:** A colocação do Marcelo foi no sentido da previsão e eu faço
531 questão de deixar bem claro, tão logo venha a versão final, que já está suficientemente debatido, discutido, adequado, deverá ser
532 publicado, sem titubear. Mais algum questionamento? **Sr. Leonel Freitas Menezes:** Desculpa, esse não é um tema do meu dia-
533 a-dia e tem algumas coisas que são difíceis de entender. Então, além de uma contribuição é um questionamento para entender
534 isso realmente. Todas essas unidades de conservação precisam ser efetivadas, o Governo tem que ter uma posse para poder
535 executar os planos de manejo, que, porventura, sejam realizados em cima. Então, a minha pergunta é: se pegar esse recurso dos
536 6 milhões de euros, por exemplo, que acredito muito bem aplicados nos estudos, no que está sendo aplicado, na fiscalização.
537 Agora, como ficaria findado esse convênio com o banco alemão a fiscalização dessas unidades todas? De onde vão vir os
538 recursos para manter toda essa estrutura? Para realmente consolidar essas unidades de conservação você precisa ter a posse da
539 terra. Então, quantos milhões seriam necessários para que você realmente efetivasse e o Governo tivesse a posse dessas terras, e
540 se isso já tem previsto, quanto já arrecadaram de medidas mitigadoras já prevendo a aquisição dessas terras? Eu acho que é um
541 ponto primordial, porque eu não diria que é simples, é importante. Agora, para realmente acontecer na prática precisa da
542 aquisição. Então, que ações o Governo está pensando para realmente efetivar isso? **Sr. Presidente:** O orçamento deve
543 contemplar, são recursos orçamentários para a manutenção, desenvolvimento e implantação das unidades de conservação. O
544 que também se tem trabalhado, uma lógica mais direta e objetiva, tem sido através das medidas compensatórias, investindo nas
545 mais carentes, naquelas mais deficientes. O processo de regularização fundiária é um pouco mais complexo e demorado. Por
546 exemplo, do trabalho que foi feito pela Geolink, em Itapeva, tem-se hoje em torno de 4, 8, 10 talvez, pessoas que poderiam ser
547 indenizadas. Outras 4, que estamos em processo de conferência, porque em um dos mapas da Geolink aparece criada uma área
548 de 1m50cm, por 150m de fundos. Há alguma inadequação em relação, certamente, não da titulação, mas em razão da falta de
549 área, ocupação ou modificação dos atos registrares, enfim. Então, nós temos tentando, através de um planejamento do
550 investimento das medidas compensatórias, inclusive, com relação ao RS Biodiversidade ser a contrapartida do Estado, para o
551 Banco Mundial. O Banco Mundial aceitou, achou interessante a idéia, só que está naquele processo de maturação das questões
552 com o Banco Mundial. A nossa preocupação tem sido isso, não adianta querer atacar todas as unidades. Nós estamos vendo, por
553 exemplo, as mais sensíveis, Parque do Esperilho, Espigão e Ibitirirá. Então, por isso eu falei antes que se está desenvolvendo um

554 plano estadual para a regularização, com prioridade a regularização fundiária. Aí nós temos aquele choque, uma vez
555 manifestado o interesse, segue a chamada desapropriação indireta. O Estado ocupa pelo relevante dever de conservação do
556 ambiente, que é superior ao interesse patrimonial e ao próprio interesse público, interesse de Estado. Então, acaba o Estado,
557 como no caso de Itapeva, que tem o parque construído, cobra-se entrada, as pessoas entram e se divertem, tem trilhas para
558 caminhar lá, e a maioria, ou quase a totalidade, não foi indenizada. Há pelo uso do bem, pelo interesse predominante e
559 ambiental, pelo supremo interesse ambiental, acaba sendo superado o interesse do particular. Isso é uma queixa e é algo que
560 estamos muito preocupados nessa regularização fundiária. Tem recursos do Tesouro no orçamento, que não são muitos, e das
561 medidas compensatórias, nessa distribuição, priorizando duas coisas: acima de tudo os planos de manejo, porque geralmente
562 nos planos de manejo eles trazem o levantamento da visão fundiária, inclusive, no de Itapeva veio até com uma estimativa de
563 valores. Então, segue a grande base técnica e científica para a criação da unidade, mas para fim de regularização fundiária se
564 tem trabalhado muito nisso, embora com algumas dificuldades e inconformidades. Em Itapeva tem já indenizados, tem
565 reintegração de posse e reivindicatórias daquelas pessoas que mesmo indenizadas permaneceram. Nós também estamos em
566 processo de negociação com as pessoas e seus advogados, até para poder compor o quanto antes a situação deles e regularizar o
567 parque. Em Ibitirirá são dois ou três proprietários, era duas ou três famílias, vai ser mais fácil a locução com eles. São essas as
568 informações. Então, há investimento e se trabalha na questão de medidas compensatórias. Conselheiro Paulo Brack. **Sr. Paulo**
569 **Brack:** Isso é interessante, mas parece que contemplariam as questões que estamos levantando. A gente gostaria de conhecer
570 esse plano, digamos assim, ter em mente que as coisas estão andando e que temos um horizonte para que essas questões a longo
571 prazo sejam mais ouvidas. É importante, eu até parabeno, mas, por outro lado, também queremos acompanhar e até sugerir
572 algumas coisas, eventualmente, até em relação às compensações. Até os próprios empreendimentos, alguns deles poderiam ser
573 carreados em relação a loteamentos, enfim, ou até na região dos Aparatos da Serra, São José dos Ausentes, em relação à
574 silvicultura, áreas de plantio de pinus, talvez até pudesse ser implantado com recurso de compensação, já que são passíveis de
575 estudo de impacto ambiental. Enfim, são questões que nós gostaríamos de acompanhar mais, porque parece que existe sim um
576 plano de permutação. E Itapeva me parece que tem uma área prioritária, se tiver uma área dessa, até para que o Estado não
577 tenha que pagar novamente indenizações. Pelo que eu sei, há algum tempo, um proprietário recebeu 3 milhões de indenização
578 por utilizar essa área, agora não tem um tostão para pagar. Então, às vezes é obrigado a fazer uma indenização, tirar dinheiro
579 para fazer essa indenização e nenhum metro quadrado dessa área às vezes é desapropriado. Então, até na Câmara Técnica vou
580 colocar essas questões para talvez a gente discutir a possibilidade de criar um cenário a médio e longo prazo em relação a isso.
581 **Sr. Presidente:** Obrigado. Ivo Lessa, da FARSUL. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Presidente, demais Conselheiros, essa
582 questão, espero que entendam, nenhum de nós estamos contra a questão ambiental e a preservação, mas nos preocupa muito
583 essa situação, ver esses parques, muitos criados em 1975, e a gente tem uma insegurança total no setor até produto causa de
584 indenizações e em relação ao próprio produtor rural. Agora, recentemente, tivemos essa situação do Tainhas, onde houve a
585 reintegração de posse de 18 mil hectares, é uma coisa que gera até uma jurisprudência, porque esses parques não foram
586 regularizados de 75 para cá. O Tainhas acabou perdendo até por falta de indenização. O setor produtivo perde um valor
587 econômico, o produtor fica sem saber, porque é uma questão ambiental, mas tem que ser definida. Eu acho que tem os dois
588 lados, tanto o da produção como o da conservação ambiental. **Sr. Presidente:** Nós estivemos no Tainhas, em razão do incêndio,
589 houve a retomada pelos produtores rurais em torno de 18 mil hectares. Isso é uma coisa preocupante e nós temos trabalhando,
590 em nível de Secretária, na discussão com os atingidos pelas unidades. É tentar sensibilizar que aquela expectativa de ganho
591 comercial não se notabiliza em razão da dimensão do interesse ambiental. Então, procuramos sensibilizá-los em razão das
592 medidas compensatórias, porque é muito mais importante para o Estado resolver e receber, mas não a sua expectativa. Se for
593 para a discussão judicial vai para a precatória, e se for para a precatória tem o problema do estoque de precatórios. Então, nós
594 temos trabalhado em um processo de tentar consensualizar a questão fundiária das unidades. Em Torres nós estamos
595 novamente, conversamos com todos os advogados, tem ações em andamento para sensibilizar, porque o Estado e os seus
596 recursos hídricos não vão ter condições de dar resposta imediata, mas a resposta imediata passa, obrigatoriamente, pela
597 compreensão da parte que quer receber a sua indenização, em razão da possibilidade de investimento por medidas
598 compensatórias. Isso já tem dois ou três que estão cientes disso. E deve haver quatro ou seis escrituras já minutadas de compra
599 e venda da resolução fundiária do Itapeva. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Buscando até uma adequação, não sei se podemos
600 levar a discussão adiante no CONSEMA, mas é justamente essa questão da regularização fundiária que nos preocupa. Eu não
601 sei se não é a questão de daqui a pouco fazermos uma unidade de conservação Tainhas, com áreas restritivas e a comunidade do
602 sus sustentável do seu entorno. É uma questão que poderia ser trabalhada nesse sentido, aí fazer restrições no plano de manejo.
603 Eu tenho certeza que poderia facilitar a reflorestação nas unidades de conservação. Trazer a comunidade, os produtores rurais
604 para dentro da discussão, para uma situação mais amenizada na implantação da unidade de conservação. **Sr. Presidente:** Aí nós
605 temos o dado de realidade, dado jurídico, ocupações ou posses que aconteçam, que possam ser convalidadas, o indivíduo
606 adquire usucapião. Isso é uma perspectiva jurídica, mas, independente da visão restritiva e do registro da matrícula do imóvel,
607 nós temos dados de realidade. O grupo que foi para São Paulo constatou que em São Paulo tem os que são titulados, posse
608 conceituada, posse qualificada para fins de usucapião, quem não tem aí tem uma posse precária, e assim por diante. Isso
609 também é uma das coisas que nós estamos tratando dentro desse programa que está sendo construído, exatamente isso, criar
610 esses diferenciais. Quem é titulado, quem sofre o ataque maior no seu direito de propriedade, que seja o primeiro a ser
611 indenizado, aqueles que têm a questão fundiária por posse, se tem ou não já reconhecimento judicial, se não tem, se é só o
612 tempo, se é uma comissão para fazer uma avaliação: de fato, 15 anos lá dentro, passou a desenvolver, tem a sua atividade. Quer
613 dizer, tudo tem que ser sopesado em uma nova realidade constitucional, do que aquelas unidades que foram concebidas há 33
614 anos, com foram sete ou oito concebidas de uma vez. Então, é isso que nós estamos tentando tratar com uma dose de cautela,
615 até para na condição de reordenador de despesa e administradores públicos, que depois a CAGE não venha apontar que foi
616 indevidamente feita a aquisição fundiária e nós temos que ser responsabilizados. Podemos seguir? Obrigado, Dra. Vera Pitone.
617 Nós vamos ter a apresentação do braço mais longo do Projeto de Conservação da Mata Atlântica. Coronel Ladimir, por favor,
618 tenha bondade. **Sr. Ladimir da Silva:** Boa-tarde a todos. Para nós é uma satisfação estarmos aqui novamente. Claro, de uma
619 certa maneira já fizemos uma apresentação com relação à atuação do Comando Ambiental em todo o Estado do Rio Grande do
620 Sul. Eu trouxe um vídeo e depois vamos passar aos dados estatísticos. Vai dar uma visão rápida, apesar de ser um vídeo bem
621 longo, ainda está sendo editado, mas achei interessante e oportuno trazer. Essa é a visão da atuação do nosso efetivo na prática
622 da preservação do meio ambiente. (*Apresentação do vídeo*). Esta foi uma maneira práticas dos senhores terem idéia do que é o

623 dia-a-dia do nosso patrulheiro ambiental, de maneira visual, bem rápida, qual o tipo de envolvimento. Dessa maneira, entendo
624 que trazendo esse vídeo os senhores puderam ter a idéia de como é o dia-a-dia da nossa tropa. Ali nós temos o projeto, qual a
625 nossa finalidade, a Vera já passou, a área de atuação do projeto. Nós atuamos dentro da área de atuação da Mata Atlântica, e
626 estamos com o efetivo da Brigada Militar em toda área. Atuamos nessa área, principalmente na fauna, flora, poluição,
627 mineração e produtos perigosos. Na fauna, na caça de jaula, animais em cativeiro, pesca predatória e maus tratos. Na parte da
628 flora é o corte de vegetação, transporte de produtos, poluição de carvão e queimadas. Temos fotos de autuações. Aquela foto é
629 de caminhões apreendidos em Canela, tem madeiras que foram extraídas de madeira irregular da área. As carvoeiras em
630 algumas regiões. Temos fotos de vários locais na região, que envolve o projeto. Extração de argila, blocos de arenito e basalto
631 não temos naquela região. E na questão do arenito o maior problema que nós encontramos não é a questão de extração, porque é
632 uma atividade legal, o problema é a reconstrução da cobertura vegetal. Normalmente eles fazem a extração e depois não fazem
633 o projeto de recuperação, aí ficam aqueles vazios. A questão de produtos químicos é uma situação, o produto de inseticidas,
634 emissão direta de produtos químicos, a colocação no solo direta. São situações que a gente encontra no dia-a-dia. O quadro aqui
635 mostra a nossa atuação, as ocorrências ambientais mais atendidas são na área do Projeto de Preservação da Mata Atlântica.
636 Então, nós temos a caça, que houve um acréscimo, mas o maior índice é na questão da flora. Em 2006 atendemos 1.507
637 ocorrências e em 2007 atendemos a 2.292. Na pesca também tivemos alguma atuação, na parte de poluição sonora também,
638 mas mais na questão do litoral norte as ocorrências. Queimadas praticamente a mesma quantidade. O trabalho de educação
639 ambiental não está dando muito efeito, porque nós mantivemos a mesma quantidade, não houve uma redução. Uma das metas
640 que nós vamos estabelecer é uma redução do número de queimadas através de projetos de educação ambiental a ser
641 desenvolvida naquela região. A questão de ocorrências com resíduos líquidos, resíduos sólidos, salvamento de animais e
642 ocorrências de fauna. Também temos fotos de atuações. Esse é o nosso veículo de apoio para fazer o levantamento, a gente
643 trabalha também muito com o levantamento aéreo, depois com apoio terrestre nas áreas de difícil acesso. De maneira genérica é
644 isso que tínhamos para apresentar aos senhores. Estamos à disposição para questionamentos. **Sr. Presidente:** A primeira
645 inscrita é a Conselheira Lisiane, da Mira-Serra. **Sra. Lisiane Becker:** Em primeiro lugar, a apresentação foi feita da outra vez
646 dos dados. Ninguém discute a importância do trabalho, eu sou uma que dependo muito do trabalho de vocês. Eu acho que não
647 só a redução de ocorrências, mas o aumento de demanda, isso também mostra que existe uma preocupação maior de
648 atendimento. Muitas vezes, eu sou uma que não ligava, porque com certeza ia ligar e ninguém ia atender, porque em São
649 Francisco de Paula se ligava e não tem efetivo, não tem isso, não tem aquilo. Então, eu gastava ligação à toa; mas, atualmente,
650 vejo que não ocorre mais, eu recebo já a resposta que tal patrulha está se deslocando para o local. Então, realmente, houve um
651 avanço e vale a pena fazer alguma denúncia. Por causa disso, não sei se esse é o momento, como poderia fazer, mas que tivesse
652 um efetivo, que está aquém do que estava previsto. Então, não sei se é o local ou se há outra maneira, mas uma moção de apoio,
653 de emergência para o aumento do efetivo. Faz tempo que estamos vendo que não se aumenta o efetivo. Esse programa é para
654 compatibilizar, mas não creio que vá atender as demandas. **Sr. Ladimir da Silva:** Nós podemos falar da seguinte forma: em
655 termos absolutos o Comando Ambiental está bem de efetivo, em relação aos demais órgãos da Brigada Militar. Temos casos
656 que se trabalha com uma defasagem de até 50% do efetivo, mas nós estamos com uma defasagem em torno de 20%, 22%.
657 Claro, é importante e oportuno a gente não perder esse referencial, mas no contexto geral a Brigada Militar está com uma
658 defasagem muito grande de efetivo. Então, dessa maneira ainda estamos bem se compararmos com os nosso pares. De qualquer
659 maneira estamos, internamente, desenvolvendo um estudo no sentido de fazer a recomposição desse efetivo ao longo do tempo,
660 para evitar que aconteça uma defasagem maior. Estamos preocupados e trabalhando dentro da própria corporação para a partir
661 do próximo ano a gente desenvolva curso de formação na área ambiental. Nós temos atendido até de maneira razoável todas as
662 demandas, mas acredito que a gente deva acompanhar com o Conselho, e no momento oportuno até nos manifestarmos perante
663 os órgãos estaduais. **Sr. Presidente:** A senhora pode encaminhar em Assuntos Gerais, eu não sei se seria moção, mas talvez
664 pedir um estudo ou um ofício do Conselho solicitando ao Comando da Brigada Militar, através do Comando Ambiental,
665 informar sobre a existência de estudos para a formação de efetivo. Eles vão responder e nós vamos saber. Eu consultaria se fica
666 bom assim, se o Plenário não se oporia, é uma sugestão. **Sra. Lisiane Becker:** A minha preocupação é objetiva, tudo bem, o
667 senhor está falando que a situação não é tão ruim em relação ao resto. Agora, aqui é o Conselho Estadual do Meio Ambiente.
668 Então, a mim, ambientalista, no momento não me interessa como está o resto, o que me interessa é a parte ambiental, e nessa
669 parte ambiental tem um déficit, a gente vê isso. O senhor pode dizer que vai ter o efetivo em dois, três anos, mas a gente sente a
670 necessidade agora. Se eu ligar agora para a Brigada de Taquara, eles vão dizer assim: *Nós estamos atendendo a tal ocorrência e*
671 *não temos um segundo carro;* ou o pessoal está todo envolvido em uma saída de campo. Nesse sentido é fazer com que as
672 demandas sejam atendidas, que não se vislumbre um prazo simplesmente, uma previsão. O nós é muito importante isso. **Sr.**
673 **Paulo Brack:** Eu tenho duas questões: a primeira, talvez parabenizar em relação ao trabalho que é feito, não sei se é o caso de
674 colocar a importância para que esse trabalho tenha continuidade. Não sei como está a situação. Então, a primeira pergunta: se
675 existe a possibilidade de ser extinto o Comando; segunda pergunta: em relação à Mata Atlântica e as espécies ameaçadas, no
676 caso o palmito. Antes de eu vir para cá eu estava vendo o pessoal vender aqueles pequenos barris de (...), que está na lista de
677 espécies ameaçadas do IBAMA, que está sendo comercializado aqui no Centro da Cidade. Então, é altamente ameaçada, como
678 o caso do palmito. Então, existe algum tipo de plano, um estudo, alguma estratégia em relação a essas espécies ameaçadas da
679 flora? Essa situação do palmito nós sabemos que a situação é bastante complicada. **Sr. Ladimir da Silva:** Em relação à
680 primeira questão, da outra vez já me manifestei, no sentido de que a questão de reestruturação é o Comando da Brigada que está
681 tratando e eu não tenho autorização para falar. Eu posso citar que pelo o que se vê nos jornais não vai haver a extinção do
682 Comando Ambiental. Como vai ficar a estrutura, a questão do controle, fiscalização, tudo isso o Comando da Brigada que tem
683 o poder e a decisão de responder. A questão da fiscalização em relação a essas atividades, nós temos atuado, junto com o
684 Ministério Público, até empresas que são credenciadas para a confecção do palmito, eu ainda não sei os termos, mas tem uma
685 outra planta que pode substituir o palmito. Eu ainda não estou bem ambientado para falar sobre isso, mas foi feito no mês
686 passado uma operação em uma empresa dessas e feita uma apreensão, porque dessas que são legalmente produzidas, junto foi
687 detectado as que não poderiam estar ali. Então, nós temos atuado de maneira direta. Também temos registrado a presença de
688 palmiteiros nas áreas, no mês passado prendemos cinco pessoas, justamente por estarem na extração de palmito. Foi no
689 Município de Morrinhos. Então, a gente tem trabalhado nesse sentido, e quando há denúncia a gente tem ido buscar da maneira
690 mais rápida possível para evitar que aconteça o delito. Dessa forma temos buscado na ponta atender as demandas. A questão de
691 efetivo, nós sabemos que muitas vezes não é o suficiente e nós atuamos em uma área geográfica muito grande, às vezes a

692 equipe está em uma região atendendo que nem celular pega, fica sem comunicação. Então, tem que aguardar eles retornarem,
693 porque, às vezes, estão fazendo um manual de constatação, levam algumas horas para produzir. O atendimento não é como uma
694 ocorrência de um policiamento urbano, que ligou e a viatura já chega no local. Então, às vezes demanda algum tempo, em
695 função da distância, do acesso e das complicações. **Sra. Vera Pitone:** Nós temos reuniões, mensais, onde o próprio efetivo, em
696 conjunto com a Secretária do Meio Ambiente, também planeja operações. Então, todas as denúncias que são detectadas são
697 planejadas para a operação de fiscalização. A ação que teve em Morrinhos foi conjunta com a Secretária do Meio Ambiente.
698 Então, são ações em conjunto que otimiza, inclusive, o pessoal que tem condições de identificar também vai junto. **Sr. Ladimir**
699 **da Silva:** Obrigado. Eu havia esquecido de fazer essa referência, que essas reuniões mensais servem para prever os trabalhos
700 nos próximos 30 dias, essas fiscalizações. **Sr. Leonel Freitas Menezes:** Eu queria parabenizar pelo excelente trabalho que
701 vocês têm desenvolvido. O senhor focou boa parte em relação à Mata Atlântica, eu não sei se nas outras regiões do Estado é
702 semelhante a atuação, ou se dá mais significativamente na área da Mata Atlântica pelo projeto. Então, volto à minha proposição
703 inicial, se findado esse convênio com a Mata Atlântica se o senhor vai ter condições de atuação nessa região ou vai ter alguma
704 perda de recursos, assim como de recursos humanos, recursos materiais? Uma sugestão que me ocorreu, eu sou da região
705 central do Estado, nasci próximo a Santa Maria, você vê algumas ações lá, principalmente na época da piracema, aí fica todo
706 mundo de olho: *Os homens estão vindo*. Então, pelo qualquer fato de saberem que tem uma atuação, que pode a qualquer
707 momento chegar o policiamento, o pessoal não vai. Realmente, isso tem contribuído e é importante para esse trabalho. Então, o
708 senhor tem dentro dos batalhões regionais alguma pessoa específica trabalhando nesse tema, ou é tudo centralizado em Porto
709 Alegre? Ou o senhor tem dentro da Brigada alguma ação de descentralizar isso e fazer com que não ficasse concentrado só na
710 Mata Atlântica? Até para que todos os ecossistemas do Estado tivessem isso funcionado regionalmente. **Sr. Ladimir da Silva:**
711 Com relação à atuação da Corporação, ela está em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Na outra apresentação eu coloquei as
712 unidades dos Comandos Ambientais. Nós temos um Batalhão em Santa Maria, outro em Passo Fundo e outro em Xangrilá. E a
713 atuação é em todo o Estado, não há diferenciação. O efetivo que está na Mata Atlântica é previsto e vai permanecer, assim
714 como os recursos com materiais que estão lá alocados, permanecerão por força do convênio. A partir do término desse convênio
715 eles passarão para a administração da corporação. Ao longo do tempo vai existir uma necessidade de reposição, mas isso é com
716 o planejamento do Estado, com o convenio que se está encaminhando para a segunda etapa e a gente vai manter essa
717 capacidade. Ao que se sabe, parece que com a renovação do convênio nós atingiríamos em torno de 52% da área do Estado,
718 com a capacidade de alcançar parte desses recursos para a atividade operacional. Não obstante isso, nós temos trabalhado,
719 estrategicamente, com o Ministério Público, que nos tem repassado também muitos recursos dessas áreas em que não há a
720 reposição ou que não fazem parte desse projeto. O senhor vê em Santa Maria o efetivo trabalhando de maneira integrada e
721 desenvolvendo as atividades, tanto o quanto pessoal trabalha na área do projeto. No Estado nós temos 41 frações destacadas,
722 estrategicamente, nas regiões, essa distribuição foi feita de forma estratégica, foi feito um estudo nas bacias hidrográficas do
723 Estado, acompanhando essa parte geográfica para que cada fração tivesse a sua situação estabelecida dentro daquele
724 ecossistema. Então, atingimos todas as áreas do Rio Grande do Sul com as mesmas frações. Os municípios que não tem uma
725 fração colocada, a fração próxima vem para atender aquela demanda da região. **Sr. Márcio:** Aproveitando a imagem, aqueles
726 gráficos que estão lá, gostaria de saber qual a sua leitura sobre eles e a da Vera, porque ali a gente já consegue ter uma idéia do
727 qual efetivo foi a atuação nesses projetos junto às pessoas que vivem nessa área. **Sr. Ladimir da Silva:** O gráfico mostra uma
728 região, mas, de maneira geral, nós vemos que os números são bem maiores que a atuação do Comando Ambiental em todo o
729 Estado do Rio Grande do Sul. E em relação dessa efetiva ação tem aumentado o número de ocorrências, mas mais porque as
730 pessoas estão denunciando mais e nós estamos conseguindo atender mais. Isso é uma coisa que se reflete em todo o Estado do
731 Rio Grande do Sul, não só nessa região, mas hoje a palestra se restringia à região do projeto. Na outra explanação nós tínhamos
732 assim, que no ano de 2007 atuamos na área de educação ambiental, com 652 palestras, atingindo desde agricultores até
733 universidades. Com essas palestras atingimos um público de 302 pessoas. Então, tem-se tomado o cuidado de conscientizar a
734 sociedade, para ter a participação da sociedade como um todo. Nós temos o Projeto Patrulheiro Ambiental Mestre, Patrulheiro
735 Ambiental Mirim, que são projetos que a gente pretende com isso estabelecer uma consciência ambiental ecológica de toda a
736 sociedade, desde a tenra idade. **Sra. Vera Pitone:** Na realidade, conversando com o Leonel, nós estávamos confabulando sobre
737 o assunto, mas eu acho que a questão da fiscalização está tendo uma ação maior e uma denúncia maior. A população também
738 questiona, com as mudanças climáticas ou não as pessoas estão percebendo a mudança, o desmatamento é o causador disso.
739 Quem vive na região de Carará sabe que muitos arroios já secaram. Então, tem determinados assuntos que estão chegando em
740 um limite, quer dizer, determinadas ações nós vamos ter que planejar. Alguns locais têm que ser protegidos e reservados, não
741 dá para deixar. Como o nosso Lago Guaíba, essa afloração de algas que ocorre no verão é um problema evidente de nutrientes.
742 Então, as pessoas não percebem fatos subjetivos e sim objetivos. Então, é uma questão de planejamento, isso é importante, o
743 trabalho em conjunto com a Brigada é essencial, é papel e finalidade da Brigada a questão da proteção ambiental também, como
744 nosso, da Secretária. Então, o trabalho tem sido gratificante. Nós vamos fazer um levantamento, o que existia de uso de solo,
745 vamos ver se houve melhoria. No mapa do SOS Mata Atlântica, de 95 para 2005, houve um aumento na nossa área de proteção,
746 era 3% e passou a 7%, só vamos ver o que vai acontecer com a questão do projeto. Esses produtos do projeto, planos de
747 manejo, ocupação de solo, vão estar à disposição, vou deixar todos os documentos disponíveis para que todos possam ter
748 acesso. Obrigada. **Sr. Presidente:** Mais algum comentário? Podemos ingressar em Assuntos Gerais? Os senhores concordam?
749 Tiago, as duas observações. **4. Assuntos Gerais. Sr. Tiago Castagnetti:** Em Assuntos Gerais: O Instituto Gaúcho de Estudos
750 Ambientais está solicitando a saída da Câmara Técnica Permanente de Educação Ambiental. Eu vou ler o ofício na íntegra:
751 *Ofício INGÁ nº 15/2008 – Solicitação de saída da Câmara Técnica Permanente de Educação Ambiental. Ilustríssimo*
752 *Presidente, por meio deste venho solicitar a saída do INGÁ da Câmara Técnica Permanente de Educação Ambiental do*
753 *CONSEMA. Tal posição justifica-se por não termos membros na nossa Entidade com disponibilidade de ir, com envolvimento,*
754 *para acompanhar as questões que vêm sendo tratadas na dita Câmara. Sendo o que havia para o momento, subscrevemo-nos.*
755 *Vicente Medaglia – Coordenador Geral.* **Sr. Presidente:** Eu só manifesto aos senhores que estamos com 14 Conselheiros. Eu
756 só colocaria uma situação, o acesso e ingresso é submetido à apreciação do Plenário, mas como estamos com um número
757 inferior ao *quorum* mínimo, penso que podemos postergar essa discussão, até pela participação do INGÁ pelos membros, que
758 seria importante em uma Câmara Técnica de Educação Ambiental trazer à discussão assuntos de absoluta pertinência. Até
759 contamos com a presença da Lílian Zenck, que coordena o Programa de Educação Ambiental Compartilhado. Então, os
760 senhores querem postergar a análise para uma próxima sessão, quando haja um *quorum* superior a 50%, ou os senhores

761 entendem que a saída é uma faculdade, um exercício unilateral do membro da Câmara Técnica? Eu gostaria de ouvir o
762 Conselheiro representante do INGÁ. **Sr. Paulo Brack:** No caso, é difícil ter pessoas com disponibilidade de tempo. Então, esse
763 é um problema das ONGs também. Eu acho que não tendo pessoas não tem como discutir isso. **Sr. Presidente:** Ou talvez usar
764 o período para reflexão, para a Instituição refletir a respeito da sua permanência na Câmara Técnica. Os senhores preferem
765 aguardar? Então, vamos aguardar para a próxima reunião. Volta à pauta esse pedido do INGÁ na próxima reunião ordinária.
766 Conselheiro Lisiane. **Sra. Lisiane Becker:** Eu quero iniciar a fala lamentando o *quorum* baixo, porque são somente 17 horas,
767 dava para ficar até às 21h30in com *quorum*, mas sendo para tratar da conservação da Mata Atlântica não tem *quorum*. Antes de
768 ir ao assunto direto, cumprimentar o que o senhor falou das Câmaras Técnicas no CRH. É claro que é ótimo que o CRH comece
769 a se organizar em Câmaras Técnicas. O que eu questiono, não só eu, mas é a permanência do processo dentro das Câmaras
770 Técnicas, como o Comitê do Lago Guaíba. Então, é esse o questionamento, não tem uma previsão: *vou passar por essas e essas*
771 *Câmaras Técnicas, vai levar tanto e tanto tempo, enquanto isso os licenciamentos pretendidos para as áreas não serão*
772 *liberadas*. Vou-me enviado, falando com o pessoal da ONG ANAMA, que tem sede em Maquiné, eles levaram um estudo
773 sobre o uso do fruto da palmeira-jussara, no Comitê da Biosfera da Mata Atlântica, onde irá para a Câmara Técnica de
774 Sustentabilidade. Ao mesmo tempo um rapaz compareceu na Câmara Técnica do CONSEMA, a de Biodiversidade, solicitando
775 agilização legal, estudos para o uso do fruto do palmeira-jussara. Ontem falei com a pessoa, a Dra. Gabriela, da UFRGS
776 também, e ela me enviou um ofício para trazer para o CONSEMA essa solicitação: *A partir das discussões sobre usos e*
777 *produtos florestais por agricultores familiares e pescadores artesanais, que vem sendo apontado por ONGs como estratégias*
778 *de conservação da Mata Atlântica, vimos por meio desde solicitar encaminhamento da discussão sobre o uso da polpa dos*
779 *frutos palmeira-jussara e do (...), junto ao CONSEMA. Contamos com o encaminhamento dessa demanda, agradecemos. Dra.*
780 *Gabriela de Souza*. Como já foi colocado na Câmara Técnica, pelo próprio Ivo Lessa, que é o Presidente, colocou que nós não
781 podemos como Câmara Técnica fornecer um parecer para uma Entidade externa, mas, sim, somente para o CONSEMA. Então,
782 é por isso que eu sugiro que seja colocado em pauta para a Câmara Técnica emitir um parecer sobre a procedência desses
783 estudos, pelos interessados. **Sr. Presidente:** Eu entendo que a via procurada não é indevida na medida em que for uma
784 proposição sua enquanto Conselheira. Se eles encaminharem em nível de Secretária, vai ser, evidentemente, despachado e
785 submetida à apreciação do Conselho. Se a senhora manifestar como vontade sua, como Conselheira, não tem problema algum.
786 Eu vou pedir que o Conselheiro Colombo preste uma informação sobre esse ritual, mas pelo o que eu me lembro, na sessão
787 retrasada do Conselho de Recursos Hídricos, somente no mês de fevereiro que o Comitê do Lago Guaíba remeteu ao Conselho,
788 pelo menos veio ao nosso conhecimento, enquanto Presidência, a proposta de enquadramento. **Sr. Maurício Colombo:** Eu
789 desconheço o envio do Comitê do Lago, a informação que eu tenho é anterior ao início deste ano, até o CRH, salvo melhor
790 juízo. O meu pedido de fala aqui é uma percepção minha, há uma recorrência de assuntos, principalmente pela Lisiane, na
791 questão dos recursos hídricos, como anda, enfim, essa situação. Eu coloquei uma vez, era o Secretário Otaviano quem estava
792 presidindo, e coloco ao Secretário Francisco, Presidente nesta sessão, que permeia também pelo Conselho de Recursos
793 Hídricos, sugiro nesta sessão que a gente tente fazer, o senhor como articulador desta Secretária também, uma reunião. Eu acho
794 que é de interesse deste Conselho, também do Conselho de Recursos Hídricos, uma reunião conjunta para esclarecimento de
795 ambos os Conselhos. Como eu permeio nos dois Conselhos, para mim é tranqüilo o entendimento, mas eu vejo que muitos
796 Conselheiros aqui desconhecem o sistema de recursos hídricos e muitos Conselheiros do Conselho de Recursos hídricos
797 desconhecem a atuação do CONSEMA. Então, eu sugiro que o senhor, através dos dois Secretários Executivos, tentem buscar
798 uma data, talvez na semana do meio ambiente ou naquele mês. A gente discute assuntos que muitas vezes doem pelo
799 desconhecimento do sistema de recursos hídricos. **Sr. Presidente:** Eu consulto o Plenário, em sede de reflexão, no ano passado
800 havia uma deliberação de fazermos uma reunião conjunta, mas não sei o que houve, era final do ano. Então, talvez reunir a
801 Presidência do CRH e do CONSEMA, que quem exerce é o Sr. Carlos Otaviano, faça uma convocação extraordinária, dia, mês
802 e hora, mas para fazer isso seria bom uma pauta, por isso a gente sempre consulta e pedimos para que os Conselheiros sugiram
803 pautas. Então, estabelecer uma sintonia, talvez temas que envolvam, por exemplo, como comentamos um dia, padrões de
804 lançamento de afluentes, isso passou por aqui, teve decisão e deliberação. O CONAMA fez a mesma coisa com relação às
805 estações de tratamento, e esse tea não passou no CRH. Então, se nós pensarmos assim, uma convocação, já que o Presidente é o
806 mesmo, ele fazer uma convocação extraordinária com dia, hora e local. Eu sei que o CRH prefere às quintas em razão de
807 compromisso no interior. Talvez a Secretária fica autorizada a fazer o seguinte: roda e-mail para todos os Conselheiros, pedindo
808 dia, sugerindo uma data e horário para fazer uma reunião conjunta. Nós tomamos a liberdade de sugerir dois temas: essa
809 questão provocada pela Conselheira Lisiane, com relação a licenciamento na região hidrográfica do Lago Guaíba, em razão do
810 pedido de enquadramento como lago. Solicitando, evidentemente, o comparecimento dos Presidentes das Câmaras Técnicas
811 que passa esse assunto. Outra pauta seriam procedimentos que a Secretária verificaria, que dizem respeito aos recursos hídricos,
812 padrão, ou discutir a resolução, mas verificarmos alguns temas. Por exemplo, eu sei que a FARSUL tem aquela questão de
813 buscar recursos para o Fundo Rotativo do Programa Pró-Guaíba, investimento, agricultores. Essas duas temáticas podem ser a
814 ancora inicial de uma reunião conjunta. Pode ser assim? Então, roda-se um e-mail, tanto para os Conselheiros do CRH, quanto
815 para os Conselheiros do CONSEMA, que digam qual o desejo de uma pauta e a sugestão de duas ou três datas. Relatos a
816 respeito das condições do sistema e plano. Conselheiro Ivo. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Só um esclarecimento, essa questão
817 do enquadramento do Comitê do Lago Guaíba, o nosso Lago Guaíba terminou o enquadramento em 2006, foi encaminhado.
818 Então, eu vou providenciar qual foi a falha que tivemos, até porque o nosso Presidente é muito integrado e tem intenção forte
819 nessa questão de recursos hídricos. Então, só como esclarecimento. **Sr. Presidente:** É que chegou na reunião retrasada, foi
820 apresentado ao Plenário, que decidiu pelo encaminhamento. **Sr. Maurício Colombo:** O encaminhamento, Lisiane, é o seguinte:
821 existe uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que cria uma série de critérios para que os corpos hídricos do
822 Brasil sejam enquadrados. A nossa legislação não tem, no Rio Grande do Sul não existe. Então, nós temos que nos guiar pela
823 nacional. Existe uma distribuição dentro do Conselho Estadual, que a resolução do Conselho Nacional é muito ampla e existe
824 uma proposta do DRH de encaminhar ao Conselho uma proposta um pouco mais restritiva que a nacional. Então, ficou nesse
825 impasse, como o Dr. Francisco colocou, o Lago, o Caf, o Sinos e o Rio Pardo, que já estão com os processo terminados,
826 encaminharam ao DRH, mas não entrou nas reuniões por causa dessa situação. Então, com a modificação do Conselho de
827 Recursos hídricos, que alterou as suas Câmaras Técnicas, foram criadas novas Câmaras Técnicas, isso vai ter que passar pelas
828 Câmaras Técnicas até para a gente fazer um modelo de resolução para enquadramento de corpos hídricos. O impasse é esse. **Sr.**
829 **Ivo Lessa Silveira Filho:** Como existem os enquadramentos dessas quatro bacias hidrográficas, os licenciamento ambientais,

830 qualquer atividade leve em consideração esses enquadramentos existentes. Daqui a pouco eu não sei, Sr. Presidente, que
831 medidas podemos tomar em relação a isso. Existe o enquadramento, existe a proposta e que seja respeitada. **Sr. Presidente:**
832 Mas foi uma provocação dos próprios Comitês que houvesse a preocupação de, embora não analisar os enquadramentos, que se
833 levasse em consideração o enquadramento emboçado. Não é isso? **Sra. Lisiane Becker:** Nós temos acompanhado isso através
834 do Comitê Caí, no Comitê Guaíba e no Sinos, o que me preocupa é justamente o que o Ivo disse, em 2006 se entregou e nós
835 estamos em 2008, agora se viu que tem. É uma questão de tempo, agora se viu que a lei não está adequada aqui no Estado,
836 enquanto isso dois anos se passaram e os impedimentos continuam sendo liberados, sem levar em conta o que o Comitê propõe.
837 Enquanto isso os Comitês ficaram estagnados com as suas propostas serem debatidas. Em Gramado tem um, por exemplo, ali
838 no arroio Tapera, que recebeu uma licença prévia de instalação, eles acham que a água é um, mas como não há ainda
839 implantado o enquadramento estão sendo considerando nível dois. Então, já começam a surgir problemas em relação a isso.
840 Então, essa é a preocupação, é uma questão de senso, de zelo. **Sr. Presidente:** Inclusive, a polêmica a respeito da aplicação da
841 resolução do CONAMA foi trazida pelo Professor Sibiz. **Sr. Maurício Colombo:** Lisiane, os únicos municípios que estão
842 sofrendo problemas sérios com a liberação de empreendimentos são os municípios da Bacia do Gravataí, que devido à situação
843 de estresse, toda a ampliação dos portes grandes e excepcionais, ou a instalação de novos, tem que passar pelo Comitê antes. E
844 o Comitê não está licenciando, até porque não tem esse papel de licenciar, mas o Comitê não se manifesta porque não tem
845 plano de bacia, mas existe um enquadramento. Então, a FEPAM não licencia, não fornece nem LP ou LO de ampliação por
846 casa dessa resolução. Então, são grandes empreendimentos, loteamentos, ampliações de indústrias, no Sinos também, mas no
847 Sinos não tem enquadramento, Gravataí tem. **Sr. Presidente:** Essa discussão mostra a magnitude e a importância de se tratar da
848 reunião conjunta dos Conselhos. A palavra está à disposição dos Senhores Conselheiros. Então, mais uma vez manifesto a
849 minha felicidade de ter presidido o Conselho Estadual do Meio Ambiente, agradecer a presença dos senhores até este momento,
850 não teve quorum numérico, mas há, com certeza, quorum qualificado de pessoas que atuam neste Conselho. Então, declaro
851 encerrados os trabalhos. - *Encerram se os trabalhos às 17h21min*